

Mulheres e Homens Em Cabo Verde

Factos e Números 2015

**Mulheres e Homens
em Cabo Verde**

Factos e Números 2015

FICHA TÉCNICA

Mulheres e Homens em Cabo Verde-Factos e Números, 2015

Instituto Nacional de Estatística

Presidente

António dos Reis Duarte

Equipa técnica:

Alicia Mota | Mariana Neves | René Charles Sylva

Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade de Género

Presidente

Talina Silva

Equipa técnica:

Elsa Fortes

ONU Mulheres

Vanilde Furtado | Maritza Rosabal

Desing e composição

Instituto Nacional de Estatística

Alicia Mota | Carmem Cruz

ÍNDICE

SIGLAS	v
NOTA AOS LEITORES E ÀS LEITORAS	6
INTRODUÇÃO	7
IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO	9
O Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG 2015-2018)	11
O II Plano Nacional de Violência Baseada no Género (II PNVBG 2014-2018)	13
O ODM 3 — Promover a igualdade de género e a autonomia das mulheres	16
Marcos da evolução da situação das mulheres no país	20
POPULAÇÃO	23
AGREGADOS FAMILIARES	30
PRÁTICAS FAMILIARES	34
MIGRAÇÕES	37
SAÚDE	45
EDUCAÇÃO	53
EMPREGO	58
TRABALHO INFANTIL	62
USO DO TEMPO	64
INFLUÊNCIA E PODER	71
VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO	76

SIGLAS

CNE	Comissão Nacional das Eleições
CSMJ	Conselho Superior de Magistratura Judicial
DNS	Direcção Nacional de Saúde
G.PM	Gabinete do Primeiro-Ministro
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IDSR	Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva
IMC	Inquérito Multi-Objectivo Contínuo
INE	Instituto Nacional de Estatística
MAI	Ministério da Administração Interna
MED	Ministério da Educação e Desporto
MESCI	Ministério do Ensino Superior Ciência e Inovação
MJ	Ministério da Justiça
MPF	Módulo Práticas Familiares
MS	Ministério da Saúde
MTI	Módulo Trabalho Infantil
MUT	Módulo Uso Do Tempo
ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
PM	Primeiro-Ministro
PN	Polícia Nacional
PNLP	Programa Nacional da Luta Contra a Pobreza
QUIBB	Questionário Unificado dos Indicadores Básicos e de Bem-estar

RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
SA	Santo Antão
SN	São Nicolau
ST	Santiago
SHaSA-GPS	Estratégia de Harmonização de Estatística em África - Governança, Paz e Segurança
SVEI	Serviço de Vigilância Epidemiológica e Investigação
VBG	Violência Baseada no Género
TNR	Trabalho Não Remunerado
TR	Trabalho Remunerado
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana

NOTA AOS LEITORES E ÀS LEITORAS

Os quadros e gráficos apresentam números absolutos e/ou proporções (%), primeiro entre as mulheres e de seguida entre os homens. As proporções são utilizadas de duas formas:

- Proporções (%) de todas as mulheres e proporções (%) de todos os homens com determinada característica (ex. desempregada / desempregado).
- Distribuição por sexo dentro de um grupo, por exemplo membros do poder judicial.

Alguns gráficos apresentam tanto números absolutos, como distribuição por sexo em vários grupos. Os valores totais nem sempre correspondem aos das figuras parciais devido a arredondamentos. Alguns quadros / gráficos apresentam a Relação de Feminilidade (RF), cujo cálculo se baseia na divisão da % ou número correspondente ao sexo feminino, pela percentagem ou número correspondente ao sexo masculino.

Siglas:

F - Feminino ; M - Mulheres; M - Masculino; H – Homens

RF - Relação de Feminilidade

Os símbolos utilizados são:

* Observação;

- Categoria não aplicável;

-- Sem Informação.

INTRODUÇÃO

A publicação “Mulheres e Homens em Cabo Verde: Factos e Números” tem como principal objectivo disponibilizar informações estatísticas que retratam periodicamente a situação de homens e mulheres no país. Ao visibilizar às desigualdades entre os sexos contribuem para que o processo de reflexão e de formulação de políticas públicas de desenvolvimento leve em conta as disparidades de género, e também para o seguimento de progressos e desafios na implementação pelo país de metas, objectivos e compromissos internacionais em matéria de igualdade de género e direitos humanos. Pretendem ainda disponibilizar dados e informações que sirvam de suporte às acções de advocacia e de diálogo interinstitucional entre a sociedade civil cabo-verdiana, o sector privado, o Governo e a comunidade internacional. Cada número é constituído por duas secções – a primeira de Introdução/contextualização e a segunda de apresentação sob a forma de tabelas e gráficos dos dados estatísticos, acompanhados por breves textos descritivos e/ou analíticos.

A presente publicação (2015), dá continuidade aos esforços empreendidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em parceria com o Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) e a ONU Mulheres. Reveste-se de uma importância simbólica na medida que em 2015 se comemora o 40º aniversário da independência de Cabo Verde¹. Além disso 2015, é o ano em que

¹ A independência de Cabo Verde foi proclamada a 5 de Julho 1975.

o mundo reanalisou os progressos e desafios sobre os acordos de desenvolvimento assumidos internacionalmente nessa matéria e aprovou a 25 de Setembro os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para os próximos 15 anos. No ODS, a igualdade de género constitui um objectivo específico (ODS 5 - *Alcançar a Igualdade de Género e Empoderar as Mulheres e as Meninas*), e uma dimensão fundamental e transversal, pelo que apresenta metas específicas de género em 12 dos 17 ODS. Este momento histórico se configura como uma oportunidade inigualável no sentido de acelerar os progressos rumo a igualdade de género e a realização plena dos direitos das mulheres e das meninas como dimensões fundamentais para atingirmos os direitos humanos, a paz e a segurança, e um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Essa publicação apresenta informações sobre o ODM 3 (*Promover a igualdade entre os sexo e a autonomia das mulheres*) e sobre os principais exercícios de planificação realizados na área de promoção da igualdade de género em 2014. Também ela actualiza as informações sobre diferentes esferas da sociedade, abrangidas pelas edições anteriores - população, agregados familiares, migrações, saúde, educação, emprego, violência baseada no género, influência e poder, e introduz inovações em relação a algumas áreas, tais como, as práticas familiares, o trabalho infantil e o uso do tempo, resultantes de importantes exercícios nacionais decorridos entre 2012 e 2014.

IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO

De acordo com as normas jurídicas internacionais e nacionais, todos os seres humanos são iguais, independentemente, da raça, sexo, religião ou naturalidade, mas o cumprimento desse princípio está longe de ser uma realidade, especialmente no que se refere à discriminação e à situação social, económica e política das mulheres.

A relação que se estabelece entre os seres humanos é produto de uma construção social e vê-se condicionada pelo sexo. Não nascemos conhecendo o que se espera do nosso sexo, isso é aprendido nos processos sociais entre pessoas, instituições e sociedades. Varia de acordo com a cultura, a comunidade, a família e as relações, evoluindo ao longo do tempo e de gerações.

Esta visão resulta em profundas desigualdades entre homens e mulheres já que as relações se vêm condicionadas pelos “estereótipos de género”, que são um conjunto de crenças existentes sobre as características ou papéis que se consideram apropriados para mulheres e homens, e que se denominam papéis de género. Estes papéis são a forma como nos comportamos e o que fazemos no quotidiano, segundo o que consideramos ser apropriado para cada um.

“A igualdade de género é um princípio universal de direito e um compromisso de dimensão global reconhecido nos principais instrumentos internacionais sobre direitos humanos e aplicável tanto aos Estados a respeito dos seus habitantes, como nas relações internacionais. A Constituição da República de Cabo

Verde no seu artigo primeiro reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de cidadãos perante a lei, sem distinção de origem social ou situação económica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social, e assegura o pleno exercício por todos os cidadãos das liberdades fundamentais.

A igualdade de género é também uma questão fundamental do desenvolvimento económico e social e da construção da democracia em termos políticos, sociais e económicos. Actualmente, o desenvolvimento humano só pode ser compreendido com referência ao respeito dos direitos humanos das mulheres e homens à educação, saúde, habitação, emprego, igualdade perante a lei, ao respeito pela sua integridade física, à liberdade de expressão, movimento e participação política, entre outros”².

²ICIEG 2015– PNIG 2015-2018.

O PLANO NACIONAL DE IGUALDADE DE GÉNERO (PNIG 2015-2018)

O Plano Nacional de Igualdade de Género 2015-2018 (PNIG), tem o propósito de dotar o país de um quadro referencial para a formulação e implementação de políticas, programas e acções estratégicas, tanto específicas como transversais que contribuíssem de forma integral à promoção da igualdade de direitos, deveres e oportunidades para homens e mulheres e a uma efectiva e visível participação da mulher em todos os domínios da vida social contribuindo para o seu empoderamento. Assenta num compromisso político, técnico e de cidadania com a promoção da igualdade e equidade de género e na defesa dos direitos humanos e da dignidade dos homens e mulheres em Cabo Verde, reconhecido como o único caminho para alcançar o verdadeiro desenvolvimento do país: a procura do bem-estar do conjunto da população para viver uma vida digna de ser vivida.

O seu objectivo geral é *“contribuir de forma integral à promoção da igualdade de direitos, deveres e oportunidades para homens e mulheres e ao empoderamento das mulheres”*. Tomando em conta os principais problemas e desafios identificados, definiu oito objectivos específicos, cada um dos quais está relacionado com um dos oito eixos estratégicos priorizados.

EIXOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS
1- Saúde	Promover o aumento de uma procura equilibrada dos serviços de saúde com uma oferta de qualidade e atendimento diferenciado e que respeite a dignidade humana.
2-Direitos Sexuais e Reprodutivo	Promover as condições para que as pessoas (homens, mulheres), realizem mais plenamente seus direitos sexuais e reprodutivos e tenham maior acesso aos serviços de qualidade e que respeitam a especificidade de cada pessoa.
3-Violência Baseada no Género	Contribuir para a erradicação da violência baseada no género e a efectivação do princípio da igualdade de género ³ .
4-Educação e formação profissional	Promover a permanência e sucesso de rapazes e raparigas nos vários níveis de ensino e o acesso a uma educação de qualidade promotora da igualdade de género.
5-Economia produtiva	Promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia económica das mulheres, em particular as mais pobres.
6-Economia reprodutiva	Criar condições para dar maior visibilidade à economia reprodutiva e promover a maior co-responsabilidade na sua efectivação.
7-Participação política e nas esferas de tomada de decisão e comunicação	Progredir em direcção à paridade da participação de mulheres e homens em todos os campos de decisão, e em particular até 2016 no parlamento e nos órgãos de poder local.
8-Reforço institucional para a integração da abordagem de género nas políticas públicas	Contribuir para uma cultura promotora da igualdade de género nas instituições e uma coordenação efectiva para a institucionalização da abordagem de género a nível sectorial e local.

O II PLANO NACIONAL DE COMBATE A VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO (II PNVBG – 2014-2018)

A Violência Baseada no Género (VBG) constitui uma violação dos direitos humanos e é um obstáculo para o desenvolvimento de qualquer sociedade democrática. É universal, e desde 2003 reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como um grave problema de saúde pública. É fruto de um sistema de relações sociais que atribui papéis diferentes a homens e mulheres, colocando a mulher em uma posição de subordinação e inferioridade face ao homem e gerando relações sociais, económicas e culturais historicamente desiguais. Persiste porque ainda se mantém padrões socioculturais que permitem e justificam, o controlo e o exercício de poder dos homens sobre as mulheres.

Como o seu predecessor, o II PNVBG continua investindo na prevenção da VBG, implicando agora mais activamente os sectores da educação e da comunicação social, além de apostar no empoderamento das vítimas e potenciais vítimas não só na vertente da autonomia económica mas também na autonomia física e na tomada de decisões das mulheres. Também propõe medidas concretas para que a Lei VBG cumpra seus objectivos nos âmbitos da sensibilização, assistência e protecção à vítima e, no âmbito da punição enquanto a sensibilização ainda não tiver surtido o efeito desejado. Dentre as inovações introduzidas neste Plano, destacam-se:

³Objectivo Geral do *IIº Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género* aprovado para o período 2014- 2016 .

1. *A centralidade no empoderamento de mulheres e meninas para aumentar a sua defesa perante a VBG, traduzido na autonomia física, na autonomia na tomada de decisões e na autonomia económica das mulheres e meninas;*
2. *A abordagem das diferentes formas de manifestação da VBG, nomeadamente o assédio sexual, a violência sexual, a mutilação genital feminina e o tráfico de mulheres;*
3. *A importância atribuída à criação de novas estruturas de apoio e protecção, e a consolidação e extensão dos serviços de assistência e protecção às vítimas já existentes;*
4. *A melhoria do acesso à informação para grupos particularmente vulneráveis, tal como mulheres portadoras de VIH/SIDA, mulheres com deficiências, mulheres idosas, mulheres migrantes, mulheres possíveis vítimas de mutilação genital feminina, de prostituição forçada e de assédio sexual, e aquelas pessoas que são discriminadas em função da sua orientação sexual ⁴ ou identidade de género⁵ (homossexuais, bissexuais e transgênicos);*

⁴Orientação sexual “refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objectos de desejo e afecto. Hoje são reconhecidos três tipos de orientação sexual: a heterossexualidade (atração física e emocional pelo “sexo oposto”); a homossexualidade (atração física e emocional pelo “mesmo sexo”); e a bissexualidade (atração física e emocional tanto pelo “mesmo sexo” quanto pelo “sexo oposto”)” de acordo com o Vocabulário de Género elaborado por materiais do ICIEG.

⁵Identidade de género “diz respeito à percepção subjectiva de ser mas-

5. *A celeridade dos processos e consequente responsabilização dos autores da violência e o desenvolvimento de acções intersectoriais para melhorar a segurança das vítimas;*
6. *A priorização da produção de dados e informações sobre as diferentes dimensões da VBG.*

masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres”, em conformidade com o Vocabulário de Género. Tal identidade refere-se ao género que a pessoa se identifica, seja como homem, mulher, transsexual, travesti, homem-mulher ou fora dessas situações.



ODM 3- PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Cabo Verde adoptou os 3 indicadores definidos globalmente, para o seguimento do ODM 3, bem como as respectivas metas. O ano de 1990 é o ano base para os indicadores. Assim, é o ponto de partida para o seguimento das metas adoptadas em Cabo Verde.

No caso do Indicador 1, a meta global - *Atingir a paridade*, em Cabo Verde optou-se por manter o nível de 0,96 para o ensino básico e 1,04 para o ensino secundário, já que os rácios mostraram que Cabo Verde já havia alcançado a paridade nestes dois níveis de educação em 1990. No caso do indicador 3, a meta global era - *Aumentar para 30% a representação das mulheres a nível dos Parlamntos Nacionais*. Só no caso do indicador 2 não foi estabelecida meta nem a nível global, nem a nível nacional.

Situação do ODM 3 - Promover a igualdade de género e a autonomia das mulheres

INDICADORES		LINHA BASE		SITUAÇÃO ACTUAL		META 2015
		Valor	Ano de referência	Valor	Ano de referência	
Rácio Feminino/ Masculino nos diferentes níveis de ensino	Ensino Básico	0,96	1990	0,92	2012	0,96
	Ensino Secundário	1,04	1990	1,11	2012	1,04
	Ensino Superior	1,04	2001	1,41	2011	Paridade ⁶
	Alfabetização (15-24)	1,3	1990	1,01	2012	Paridade ⁷
Proporção das mulheres no emprego assalariado em sectores não agrícolas ⁸		42,7	2000	44,2	2012	Não fixada
Percentagem de mandatos ocupados por mulheres no Parlamento		3,8	1991	20,8	2011	30

Fonte: INE, *Indicadores de Objectivos de Desenvolvimento do Milénio- Relatório Metodológico, 2014*

⁶ 0,96 a 1,04.

⁷ Idem.

⁸ Expresso sobre o total de emprego assalariado.

Indicador 1. A paridade entre raparigas e rapazes no acesso à educação primária num contexto de universalização da educação básica, foi atingida desde a década de 90. Os principais constrangimentos atuais relativos à paridade na educação estão relacionados com práticas institucionais como a realização de exercícios de planificação com uma perspectiva neutra, sem serem analisadas as especificidades de género no acesso e na forma como rapazes e raparigas progridem no sistema educativo, nomeadamente as causas do menor sucesso escolar dos rapazes e os motivos específicos de não acesso e de abandono que afectam as raparigas, no sentido de desenhar estratégias/intervenções adequadas às situações de cada um/uma.

Indicador 2. As mulheres cabo-verdianas estão representadas no emprego assalariado no sector de serviços e da indústria e no mundo empresarial, onde a proporção de mulheres em posição de liderança é de 1/3 (35%). Verifica-se um seguimento ainda ténue de muitas outras dimensões de uma efectiva integração da abordagem de género. Os dados mostram que globalmente persiste uma importante desagregação de género em relação às actividades profissionais e que muitos dos nichos de emprego feminino não são necessariamente rentáveis.

Indicador 3. A representação das mulheres no Parlamento aumentou 17 pontos percentuais entre 1991 (3,8) e 2011 (20,8), mas esse esforço não significa que tenha sido atingida a meta regional ou internacional (30%). Na administração pública as mulheres ocupam 35% dos cargos

de liderança e, desde 2006, Cabo Verde conta com um governo paritário. O alcance da meta de participação política das mulheres tem de ser perspectivado para o pós 2015, mediante medidas a accionar que permitirão reafirmar o engajamento de Cabo Verde com esta meta globalmente acordada.

MARCOS DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DAS MULHERES NO PAÍS

1963-1974

As mulheres participam na luta de libertação.

1975-1990

1977: Entrada em funcionamento o Programa Materno Infantil e de Planeamento Familiar;

1979: Ratificação das Convenções 100 e 111 da OIT⁹;

1980: A primeira Constituição da República estabelece, no artigo 25º, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica;

1980: Assinatura da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres;

1981: A 27 de Março¹⁰, foi criada a Organização de Mulheres de Cabo Verde (OMCV);

1987: Regulamentada a Interrupção Voluntária da Gravidez.

1991-2000

1991: Constituição do primeiro governo integrado por mulheres;

1991: Criação de ONGs específicas para o empoderamento das mulheres;

1992: O conteúdo da Constituição de 1992, reflete uma

⁹Estabelece o princípio geral de igualdade de remuneração entre homens e mulheres, que realizam o mesmo tipo de trabalho e a não discriminação no emprego em função do sexo.

¹⁰Esse dia foi declarado Dia da Mulher Cabo-verdiana.

evolução da compreensão do conteúdo da igualdade, ao reconhecer que existe discriminação, estabelecendo como tarefa do estado a remoção dos obstáculos culturais, sociais e económicos e políticos que impedem a igualdade entre o homens e mulheres (Artigo 7º);

1994: Criado o Instituto da Condição Feminina cuja missão era zelar para a criação de condições e mecanismos institucionais que assegurem os direitos das mulheres;

1996: Elaborado o primeiro Plano de Acção Nacional de Promoção da Mulher, (1996 - 2000);

1997: O Código Civil - Livro da Família, confere a ambos cônjuges igualdade de direitos e deveres na família e integra a separação judicial de pessoas e bens. Consagra a união de facto, a igualdade legal dos filhos nascidos dentro ou fora casamento e estipula que o poder paternal é exercício conjuntamente pelos progenitores;

1999: O Código Eleitoral, estabelece que as listas propostas às eleições devem conter uma representação equilibrada entre os sexos.

2000–2014

2004: O Código Penal reconhece “Maus-tratos a cônjuge”¹¹;

2005: Elaborado o Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Igualdade e Equidade de Género (2005-2011);

¹¹Quem infligir a seu cônjuge ou a pessoa com quem está unido de facto maus-tratos físicos ou psíquicos ou tratamentos cruéis será punido com pena de prisão de 1 a 4 anos, se pena mais grave não lhe couber por força de outra disposição legal.

2005: O Instituto Nacional de Estatística inclui no Inquérito Demográfico sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, questões que permitem desvendar a situação da violência doméstica no país;

2006: Criada a Rede Inter Institucional de Atendimento as Vítimas de Violência Doméstica e entraram em funcionamento os Gabinetes de Apoio às Vitimas de Violência Doméstica;

2006: No âmbito das actividades de reforço institucional, o ICF passou a denominar-se Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género;

2007: Elaborado o Plano Nacional de Combate contra a Violência Baseada no Género (2007-2009);

2008: Cabo Verde passa a ser o 2º país do mundo a ter um governo com uma configuração paritária;

2008: O Código Laboral regulamentou o emprego doméstico;

2011: Elaborado o Programa de Acção para a Promoção de Igualdade de Género (PAPIG 2011-2013);

2011: Entrou em vigor a Lei da Violência Baseada no Género-VBG;

2014: Elaborado o III PNIG (2014-2018)- Plano Nacional de Igualdade de Género;

2014: Elaborado o III PNCBG (2014-2018)- Plano Nacional de Combate á Vilolência Baseada no Género;

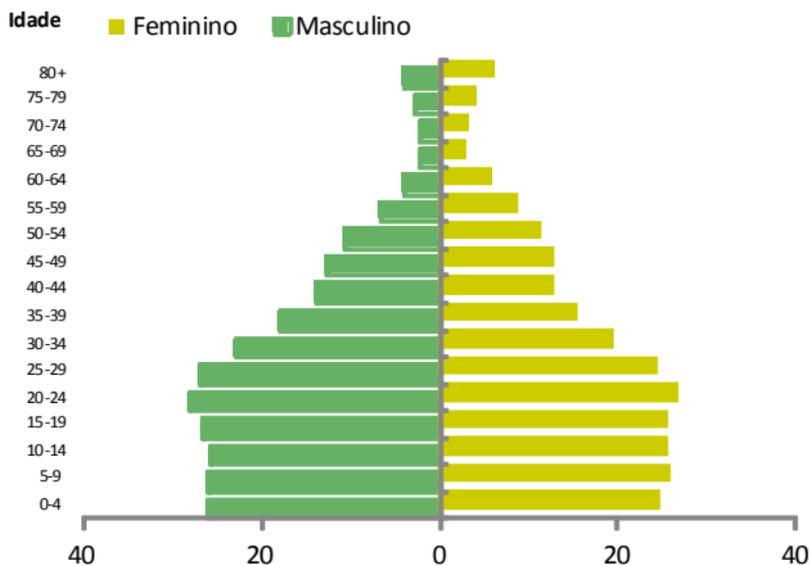
2014: Elaborado o II Plano Nacional de Combate a Violência Baseada no Género—PNCVBG (2014-2018).

POPULAÇÃO

As projecções demográficas para 2014 indicam que a população total do país é de 518.467 habitantes - 259.723 do sexo feminino e 258.744 do sexo masculino. Esses dados apontam para a continuidade das tendências:

- i. De equilíbrio entre a população feminina e masculina: a relação de feminilidade (RF) em 1990 era de 1,11, em 2000 de 1,08, em 2010 de 1,02 e em 2014 de 1,00);
- ii. De diminuição da taxa de crescimento da população: entre 2000-2010, a média anual de crescimento da população foi de 1,2%, e entre 2010 e 2014 de 1,1%.

Pirâmide Etária 2014 (%)



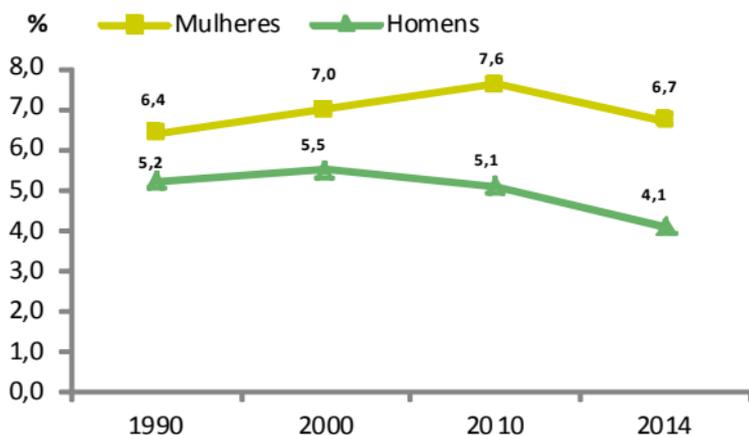
Fonte: INE, Projecções Demográficas de Cabo Verde 2010-2030

Por grupos etários, entre os 0 e os 39 anos há mais indivíduos do sexo masculino, particularmente nas faixas etárias situadas entre os 20 e os 39 anos de idade. Nesta última faixa etária em particular a situação pode estar relacionada com as dinâmicas migratórias – tem-se registado uma forte imigração masculina. A partir dos 40 anos há mais mulheres que homens, sendo a proporção destas mais significativa a partir dos 50 anos, o qual vincula-se a dinâmicas migratórias anteriores (emigração masculina) e a uma maior esperança de vida das mulheres.

Na literatura internacional considera-se que países com uma pirâmide demográfica como a de Cabo Verde encontram-se perante uma janela de oportunidade ou bónus demográfico, pois o peso da população dependente¹² é pequeno e quase dois terços da população está em idade activa. Se a este facto demográfico se associam políticas sociais e económicas adequadas, o país poderá beneficiar-se, mas um factor indispensável é a manutenção e a melhoria do acesso universal à educação, à saúde ao emprego *“para que a produção e a produtividade do trabalho possam impulsionar o desenvolvimento e garantir uma sociedade com níveis elevados de bem-*

¹² De maneira geral para efeito das relações de dependência, a literatura define as crianças e adolescentes pelas somas das cortes de 0 a 14 anos, os adultos como soma das cortes de 15 a 64 anos e os idosos como pessoas acima dos 65 anos.

População de 65 anos e mais, 1990-2014



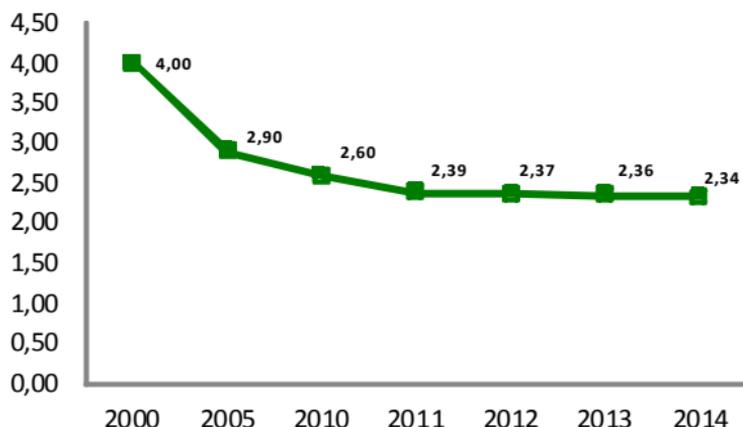
Fonte: INE, RGPH 1990-2010, Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010-2030

Verifica-se também uma tendência para o estreitamento da base da pirâmide, o que pode estar relacionado com a queda da taxa de natalidade, devido à redução do Índice Sintético de Fecundidade, o qual vem baixando de forma progressiva e acentuada, sobretudo nas últimas décadas.

Em 2000 o número de filhos por mulher situava-se em 4, e em 2014, em 2,3 filhos por mulher, significando uma redução média de 2 filhos. A diminuição do índice de fecundidade poderá estar associado à melhoria das condições materiais de vida, nomeadamente de acesso à educação, à informação e a serviços de planificação familiar e a utilização de contraceptivos, que permitem o exercício da liberdade de escolha sobre o número de crianças que cada pessoa quer ter, mas sobretudo com as profundas mudanças nas relações e representações de género, tanto no que se refere ao papel social atri-

buído as mulheres, como ao aumento da autonomia física destas, ou seja do poder de decisão sobre o corpo.

Índice Sintético de Fecundidade (ISF), 2000-2014



Fonte: INE, RGPH 2000-2010, IDSR 2005, Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010-2030

Evolução da população, 1970-2014

Anos	Total	Mulheres	Homens	RF
1970	270.999	142.012	128.987	1,10
1980	295.703	160.008	135.695	1,18
1990	341.491	179.997	161.494	1,11
2000	431.989	223.995	207.994	1,08
2010	491.683	248.280	243.403	1,02
2011	499.929	252.115	247.814	1,02
2012	505.983	254.599	251.384	1,01
2013	512.173	257.140	255.033	1,01
2014	518.467	259.723	258.744	1,00

Fonte: INE, RGP 70, RGPH 1980-2010 e Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010-2030

População por concelho, 2014

Concelho	Total	M	H	RF
Total	518.477	259.725	258.752	1,00
Ribeira Grande de S.A.	17.384	8.063	9.321	0,87
Paúl	6.261	2.726	3.535	0,77
Porto Novo	17.556	8.407	9.149	0,92
São Vicente	80.140	39.629	40.511	0,98
Ribeira Brava	7.262	3.453	3.809	0,91
Tarrafal de S.N.	5.249	2.520	2.729	0,92
Sal	32.208	15.008	17.200	0,87
Boa Vista	13.376	5.502	7.874	0,70
Maio	6.946	3.554	3.392	1,05
Tarrafal de S.T.	18.367	10.039	8.328	1,21
S ^{ta} Catarina de S.T.	44.745	23.476	21.269	1,10
Santa Cruz	26.436	13.498	12.938	1,04
Praia	147.608	74.796	72.812	1,03
São Domingos	14.004	7.095	6.909	1,03
São Miguel	14.867	8.126	6.741	1,21
São Salvador do Mundo	8.661	4.491	4.170	1,08
São Lourenço dos Órgãos	7.179	3.643	3.536	1,03
R ^a Grande de S.T.	8.399	4.324	4.075	1,06
Mosteiros	9.394	4.856	4.538	1,07
São Filipe	21.384	10.945	10.439	1,05
S ^{ta} Catarina do Fogo	5.291	2.647	2.644	1,00
Brava	5.760	2.927	2.833	1,03

Fonte: INE, *Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010-2030*

Na maioria dos casos, as diferenças entre a população feminina e a masculina por concelho, em 2014 são pequenas. Nota-se entretanto que em alguns concelhos as diferenças são acentuadas, como no caso de Boavista e Sal (duas ilhas turísticas) ou dos concelhos de Santo An -

tão e Ribeira da Brava, onde a população masculina é significativamente superior à população feminina. Tal situação pode ser explicada por razões que se prendem aos fluxos migratórios internos ligados às oportunidades de emprego. Nos municípios do interior de Santiago, nomeadamente Tarrafal, Santa Catarina e S. Salvador do Mundo, onde a população feminina é superior à masculina.

Os dados mostra que a maior parte da população de 12 anos e mais apresentam o estado civil solteiro e que há mais homens solteiros do que mulheres solteiras.

A união é segunda forma de estado civil, o que pode indicar, que estamos perante um processo em que a vivência a dois, configura-se como um acordo entre os conjugues, sem que estes considerem a necessidade de submeter tal acordo a uma sanção institucional (já seja da igreja ou do registo civil).

No período 1990-2014, a percentagem de separados/divorciados tende a aumentar, sendo a proporção maior entre as mulheres. A viuvez, por sua vez, continua a ser predominantemente feminina.

População de 12 anos ou mais por estado civil (%), 1990 -2014

Anos	Solteira (o)		Casada(o)		União		Separada (o)/ Divorciada (o)		Viúva (o)	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
1990	49,0	52,0	28,0	29,0	16,0	18,0	1,0	1,0	6,0	1,0
2000	51,0	58,0	17,0	17,0	23,0	22,0	4,0	2,0	6,0	1,0
2010	35,3	41,6	10,3	10,1	21,7	19,3	5,0	2,9	3,0	0,6
2013	44,5	54,4	13,2	13,0	24,0	24,0	12,0	7,3	6,4	1,3
2014	44,4	55,5	12,6	12,3	23,9	23,7	12,8	7,3	6,2	1,2

Fonte: INE, RGPH 1990-2010 e IMC 2013, 2014

Idade média e mediana ao casamento, 2009-2012

Idade média ao casamento

Idade mediana ao casamento



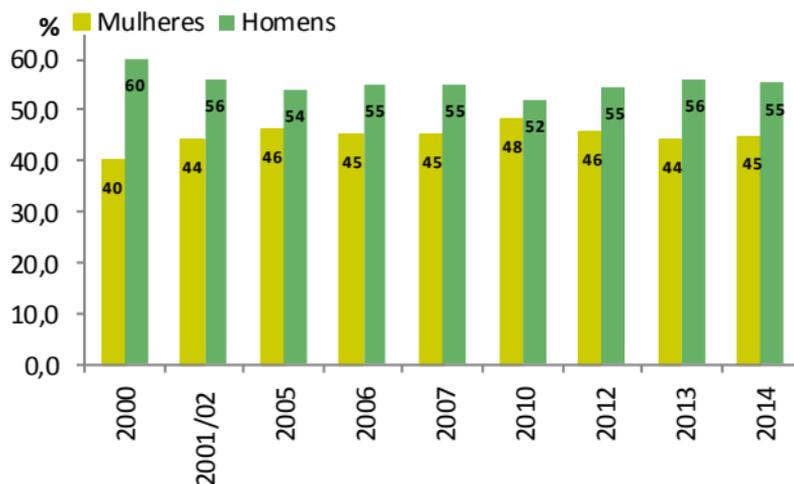
Fonte: INE, Estatísticas Vitais

No geral, a idade média ao primeiro casamento é mais baixa nas mulheres do que nos homens. Com efeito, há uma diferença de cerca de 4 anos entre os dois sexos (33,8 para as mulheres e 36,7 para os homens).

AGREGADOS FAMILIARES

Embora a maioria dos agregados familiares continuem a ser representados por homens (55%), o número de agregados familiares representados por mulheres aumentou em 5% com relação ao ano 2000 (de 40% em 2000 para 45% em 2014).

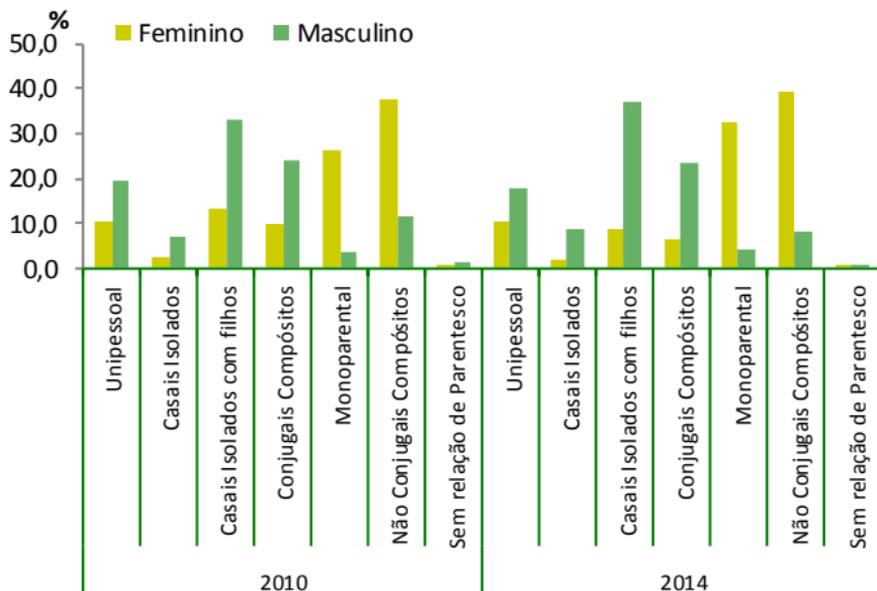
Representante dos agregados familiares, 2000 -2014



Fonte: INE, RGPH 2000 /10, IDRF 2001/2002, QUIBB 2006 -2007, IMC

Não há alterações substantivas na distribuição dos agregados por tipologia, no entanto verifica-se um ligeiro aumento do número de casais isolados e de agregados unipessoais. O aumento do número de agregados familiares representados por mulheres têm sido mais acentuado nos agregados monoparentais, tanto nucleares como compostos.

Tipologia dos agregados familiares segundo o sexo do representante (%), 2010 e 2014

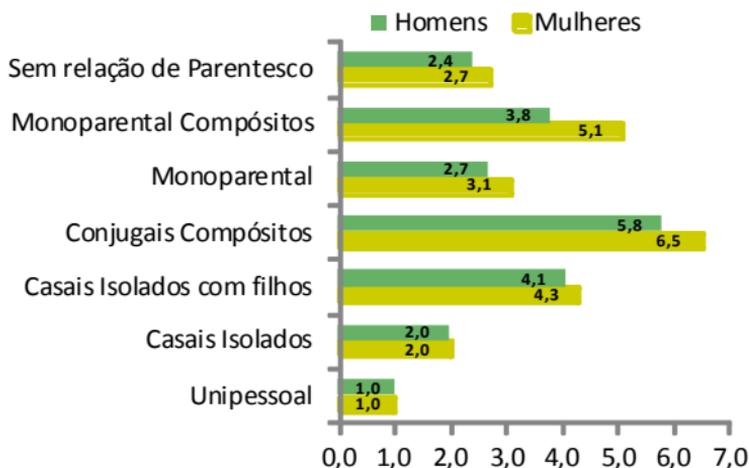


Fonte: INE, RGPB 2010, IMC 2014

Nos agregados conjugais (casais isolados, conjugais nucleares e conjugais compósitos) os homens continuam a liderar como representantes, pese embora verifica-se um aumento da proporção de mulheres como representantes. Os agregados familiares sem relação de parentesco representam uma minoria em relação às outras tipologias de agregados familiares e vem diminuindo ao longo dos anos. Em 2010 representava 1,2%, sendo que destes 1,5% o representante era do sexo masculino e 0,8 do sexo feminino, em 2014 passou a representar cerca de 0,7% (destes 0,5% com representante do sexo feminino e 1,0% do sexo masculino).

O número médio de pessoas no agregado familiar é de 3,8 indivíduos. Entretanto, esse número varia em função do sexo do representante, sendo maior quando o representante é mulher (4 indivíduos, contra 3.7 no caso dos homens). Por outro lado, os dados revelam que essa diferença é maior nos agregados familiares não conjugais compósitos (5,1 nos representados mulheres e 3.8 nos representados por homens).

Dimensão média dos agregados familiares segundo a tipologia, 2014



Fonte: INE, IMC 2014

PRÁTICAS FAMILIARES

Entende-se por Práticas Familiares um conjunto de comportamentos e atitudes formas de ser e estar no mundo que os pais, cuidadores/encarregados que transmitem aos filhos/crianças. Este inclui o aleitamento, a alimentação, higiene, cuidados, protecção, seguimento, comunicação, reacções face a certas situações.

De acordo com os dados recolhidos em 2013, 98% das crianças dos 0 aos 6 anos foram amamentadas ou estavam sendo amamentadas, não sendo assinaláveis brechas de género. Perto da metade (48,8%) dessas crianças foi amamentada por um período inferior a 6 meses (mais meninas que meninos, respectivamente 51,8% e 46, 0)%, e cerca de 8% por um período superior a 6 meses. Os meninos tiveram um período mais longo de aleitamento materno exclusivo (para além dos 6 meses) do que às meninas (+ 0,8 do que as meninas). Regista-se também que a proporção de meninas que não foram amamentadas é superior a registada entre os meninos (1,6% e 1,0 % respectivamente)

Distribuição (%) das crianças dos 0 - 6 anos segundo aspectos relacionados com o aleitamento materno, 2013

Aleitamento/ amamentação	Sexo		
	Total	F	M
Aleitamento			
Tomou leite materno	98,2	98,1	98,3
Não tomou leite materno	1,3	1,6	1,0
Não sabe	0,5	0,3	0,7
Aleitamento materno exclusivo			
<6 meses	48,9	51,8	46,0
Exactamente 6 meses	30,5	28,3	32,8
> 6 meses	7,9	7,5	8,3
ND	2,3	2,0	2,5
Ainda amamenta exclusivamente	5,1	5,4	4,9
Outros casos	5,3	5,1	5,5

Fonte: INE, MPF, IMC 2013

Quanto à higiene corporal, os resultados mostram que menos da metade das crianças com idade 0-6 anos (49%) tem por hábito lavar sempre as mãos antes das refeições, e depois de usar as casas de banho. Um pouco mais da metade das crianças (55%) têm sempre o hábito de lavar as mãos com sabão e 22% o fazem, mas nem sempre. Relativamente à higiene oral, o quadro mostra 72% das crianças tem por hábito de escovar os dentes, sendo que 40,6% o faz depois de cada refeição e 31,4% o faz mas não após cada refeição. Em todas essas circunstâncias pode-se ver que a frequência dessas práticas é maior entre as meninas do que entre os rapazes.

Distribuição (%) das crianças dos 0 - 6 anos segundo aspectos relacionados com a higiene corporal, 2013

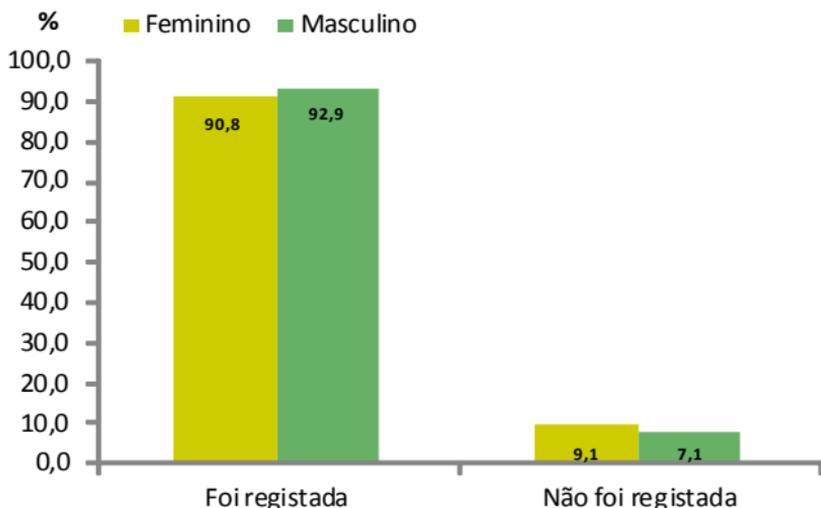
Higiene corporal	Total	F	M
Frequência de lavar mãos antes da refeição			
Sempre	49,1	51,1	47,1
Não sempre	24,1	22,3	26,0
Raramente	5,9	5,3	6,6
Nunca	2,3	3,0	1,5
Criança muito pequena	18,5	18,2	18,8
Frequência de lavar mãos depois de usar casa de banho			
Sempre	49,1	50,8	47,4
Não sempre	18,9	17,9	19,9
Raramente	6,0	5,9	6,1
Nunca	5,0	3,4	6,7
Criança muito pequena	21,0	22,0	19,9
Frequência de lavar mãos com o sabão			
Sempre	55,4	55,4	55,5
Não sempre	22,4	22,8	22,0
Raramente	4,2	3,6	4,8
Nunca	1,7	2,4	1,1
Criança muito pequena	16,2	15,8	16,6
Frequência de escovar os dentes depois de refeição			
Depois de cada refeição	40,6	41,4	39,8
Não após cada refeição	31,4	30,2	32,7
Raramente	2,4	1,8	3,1
Não escova dentes	11,5	12,4	10,7
Criança muito pequena	13,9	14,1	13,6

Fonte: INE, MPF, IMC 2013

O estudo sobre as práticas familiares revela que 8,1% das crianças com idade entre 0– 6 anos ainda não foram registadas (meninas 9,1% e meninos 7,1%), sendo este percentual de 28,4% entre as crianças com menos de 1 ano. Entre 1-2anos a percentagem é de 7,7%, 4,3% no grupo de 3-4 anos e 1,4% no grupo de 5-6 anos.

Conclui-se que o registo de nascimento das crianças dos 0 aos 6 anos em Cabo Verde é elevado, situando-se em 91,9% e que se manifesta um pequeno fosso entre o registo de meninas e de meninos (2,1% - 90,8% e 92,9% respectivamente).

Distribuição (%) das crianças dos 0 - 6 anos segundo aspectos relacionados com o registo ao nascimento,2013



Fonte: INE, MPF, IMC 2013

MIGRAÇÕES

A migração é *“uma acção social de carácter individual ou colectiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro)”*¹³.

Nas últimas décadas, o movimento migratório cabo-verdiano adquiriu também novos contornos:

- i. O país deixou de ser um país de emigrantes, e passou a ser também um país de acolhimento de imigrantes;
- ii. A semelhança do que acontece no resto do mundo, a emigração deixou de ser um fenómeno masculino;
- iii. A procura de trabalho deixou de ser a principal causa da emigração.

EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL¹⁴

A população emigrante, em 2010¹⁵ era de 18.897 indivíduos (46% do sexo masculino e 54% do sexo feminino), em 2014¹⁶, passou para 16.420 indivíduos. Assinala-se o aumento da tendência de feminização (59%).

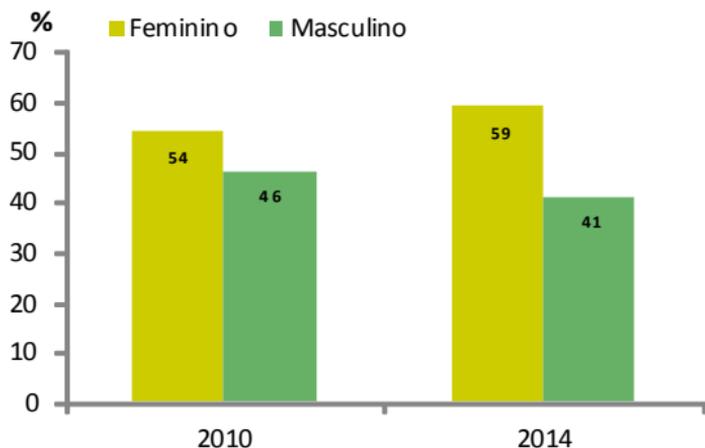
¹³Lisboa Kleba Teresa (2006) Género e migrações – Trajectórias globais, trajectórias locais de trabalhadoras domésticas. Rev. Ano XIV. Números 26 e 27. Pág 157.

¹⁴Emigração Internacional são as saídas dos indivíduos que eram residentes em Cabo Verde para o exterior do país.

¹⁵ Refere-se aos dados do RGPH.

¹⁶ Refere-se aos dados do IMC.

Repartição dos Emigrantes (%), 2010– 2014

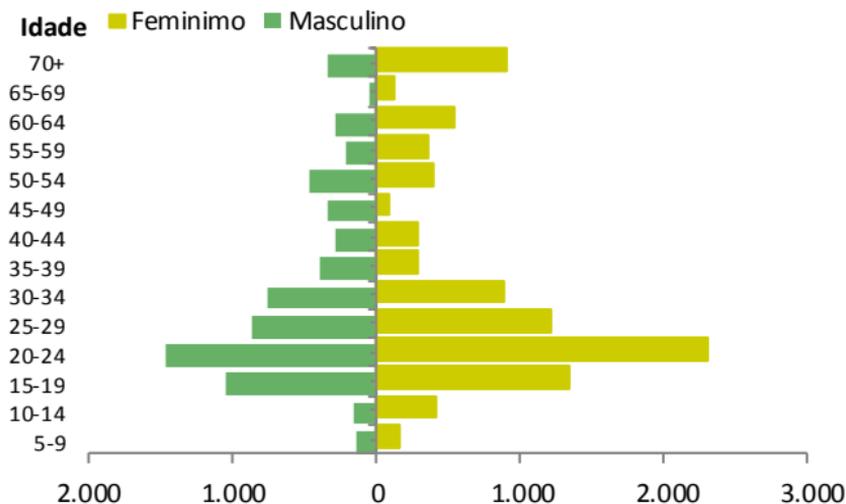


Fonte: INE, IRGPH 2010, IMC 2014

A pirâmide etária¹⁷ dos emigrantes Cabo-verdianos mostra que a maioria das pessoas que emigraram encontram-se na faixa etária dos 15-24 anos. As diferenças entre os sexos se manifestam tanto nesta faixa etária como a partir dos 70 anos de idade, onde a percentagem de mulheres que emigraram é quase o dobro dos homens.

¹⁷ A questão sobre a idade refere-se à idade da pessoa na data de partida.

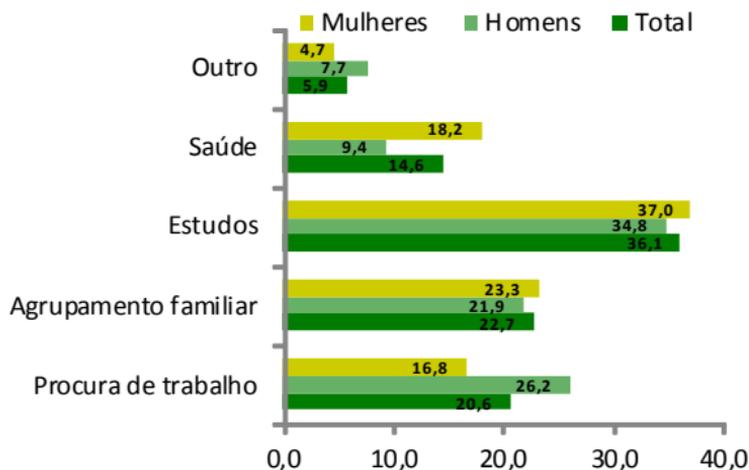
Pirâmide etária dos emigrantes, 2014



Fonte: INE, IMC 2014

Globalmente, o principal motivo de emigração da população cabo-verdiana, seja ela feminina ou masculina, é o estudo. Para as mulheres, o segundo principal motivo é o reagrupamento familiar, seguido de saúde e trabalho. Já para os homens o trabalho é o segundo principal motivo, seguindo-se o reagrupamento familiar e a saúde. As diferenças mais significativas em razão do sexo verifica-se a nível de saúde, sendo o dobro de mulheres em relação aos homens (18,2 e 9,4) e em relação ao trabalho, onde acontece o inverso, em que os homens superam em 10 pontos percentuais as mulheres (26,2 homens e 16,8 mulheres).

Emigrantes segundo o motivo de emigração (%), 2014

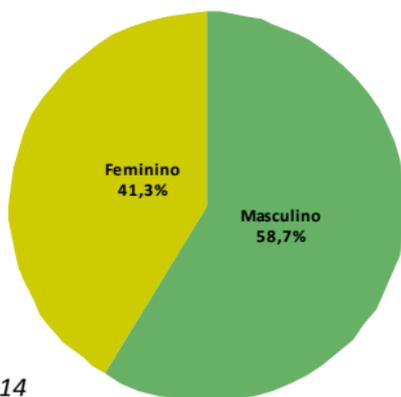


Fonte: INE, IMC 2014

IMIGRAÇÃO

A população imigrante em Cabo Verde vem crescendo, e em 2014 é estimada em 16.491, correspondente a 3,2% da população total residente no país, sendo maioritariamente masculina (58,7%).

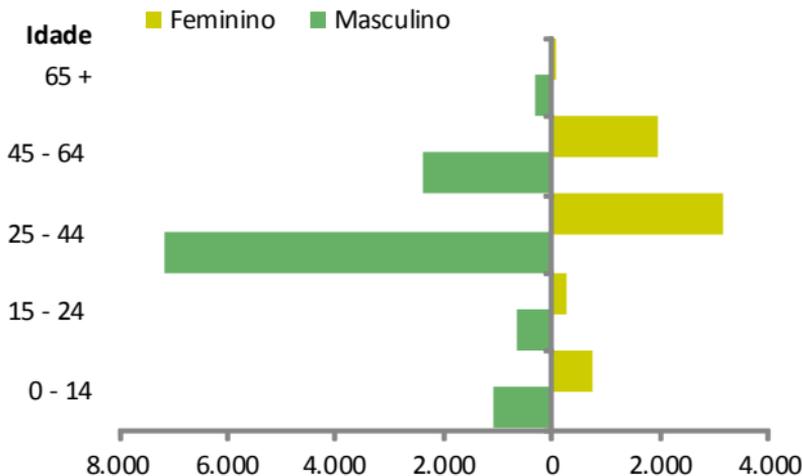
Repartição dos Imigrantes por sexo (%), 2014



Fonte: INE, IMC 2014

A maioria dos imigrantes tem idade acima de 25 anos, com percentagem mais elevada entre os 25-44 anos (51,7%), sendo que essa percentagem corresponde a 56,8% entre os homens e 44,5% entre as mulheres.

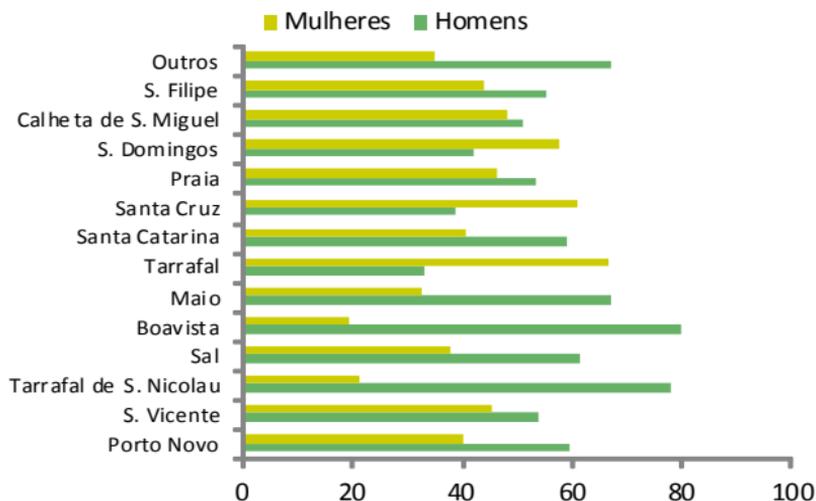
Pirâmide etária dos Imigrantes, 2014



Fonte: INE, IMC 2014

A população imigrada encontra-se distribuída a nível do país de uma forma desigual, sendo que a maioria reside nos concelhos da Praia, S. Vicente, Sal e Boavista, sendo que os homens são largamente maioria. Tal distribuição pode estar relacionada com as oportunidades que essas ilhas apresentam em termos de oportunidades de trabalho, com destaque para trabalhos associados ao sector turístico, com a construção civil, predominantemente masculino. Por outro lado, concelhos do interior de Santiago, nomeadamente Tarrafal, Santa Cruz e São Domingos são os únicos concelhos onde a população imigrante feminina é superior à masculina.

Repartição dos Imigrantes por concelho, 2014



Fonte: INE, IMC 2014

A maior parte dos imigrantes no país, têm como país de nascimento São Tomé e Príncipe (único caso em que o número de mulheres é superior ao número dos homens), Guiné Bissau e Angola.

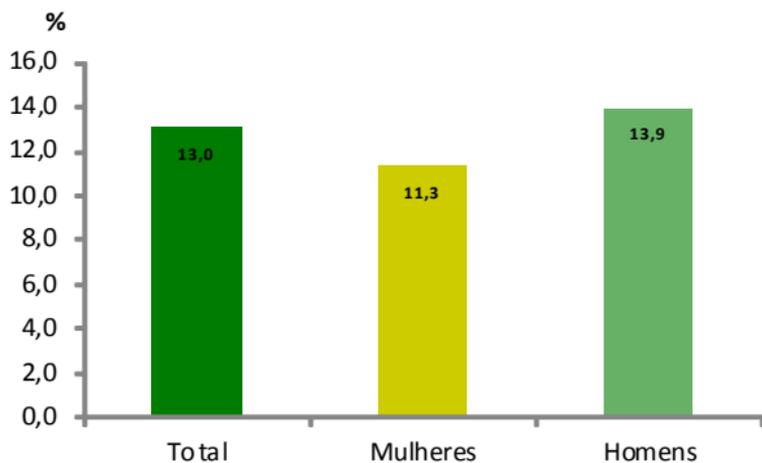
Imigrantes segundo o país de nascimento, 2014

País de Nascimento	Total	Mulheres	Homens
Total	100,0	41,3	58,7
Guiné Bissau	25,5	25,5	74,5
São Tomé	26,9	55,9	44,1
Angola	13,1	48,0	52,0
Senegal	5,6	12,8	87,2
Portugal	9,0	38,4	61,6
Estados Unidos	2,6	65,9	34,1
Itália	4,4	53,2	46,8
China	1,3	25,4	74,6
Nigéria	1,7	36,4	63,6
Índia	1,8	37,2	62,8
Guiné Conacri	0,9	26,0	74,0
Espanha	1,6	51,4	48,6
Brasil	0,9	72,7	27,3
França	4,7	43,7	56,3

Fonte: INE, IMC 2014

A taxa de analfabetismo dos imigrantes é de 10,7% com diferenças significativas entre os sexos (5,7% entre os homens e 18,2% entre as mulheres).

Taxa de analfabetismo dos Imigrantes de 15 anos ou mais (%), 2014

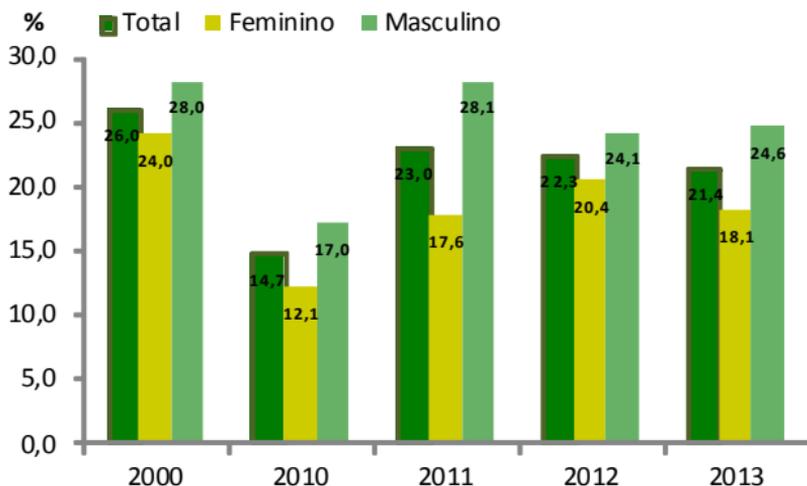


Fonte: INE, IMC 2014

SAÚDE

Os progressos nas condições socio-sanitárias no país levou a ganhos substanciais na esperança de vida dos Cabo-Verdianos, com reflexo na baixa taxa de mortalidade em todas as faixas etárias. Por exemplo a taxa de mortalidade infantil passou de 26,0% em 2000, para 21,4% em 2013 com descida mais expressiva entre as meninas que entre os rapazes (5,9 F e 3,4 M). Segundo os últimos dados disponíveis a taxa é de 18,1% para as raparigas e de 24,6% para os rapazes.

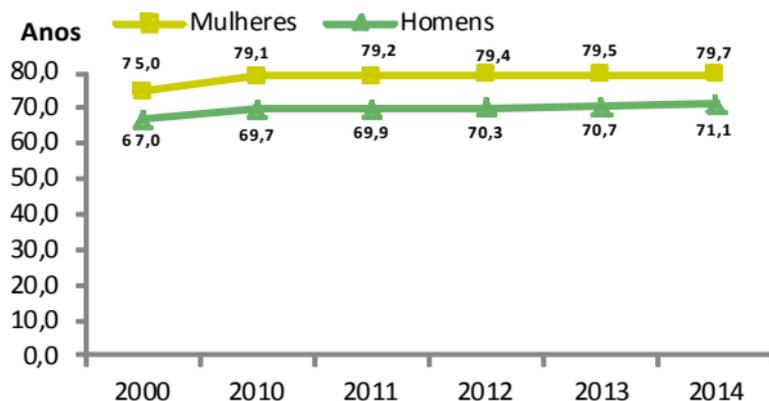
Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil - TMI (%), 2000- 2013



Fonte: MS, SVEI, DNS; INE, RGPH 2000 e 2010, INE; Projeções demográficas de Cabo Verde, 2010-2030

A esperança de vida à nascença que em 2000 era de 75,6 anos para as mulheres e de 66,5 anos para os homens, passou em 2014 para 79,7 e 71,1 anos respectivamente. Ambos os sexos aumentaram em média 4 anos.

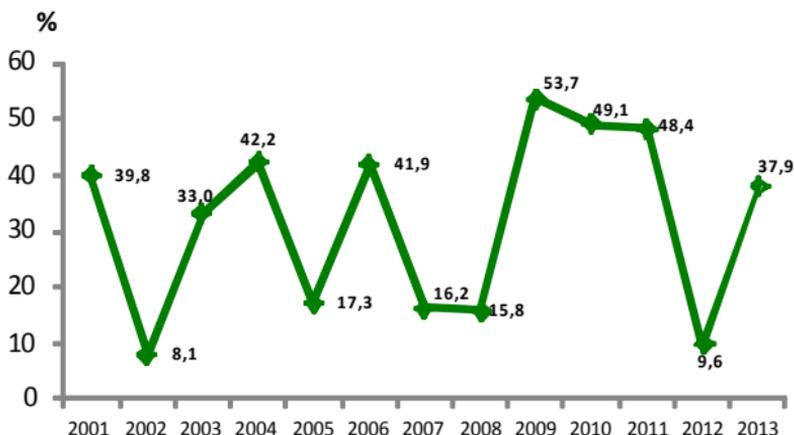
Esperança de vida à nascença (em anos), 2000-2014



Fonte: INE, RGPH 2000 e 2010; Projeções demográficas de Cabo Verde de

A mortalidade materna tem oscilado ao longo dos anos em análise, apresentando valores mais altos nos anos de 2009 a 2011, situando-se em 2013 em 37,9 por 100 000.

Mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos, 2001- 2013



Fonte: MS, Relatório Estatístico 2014

Em 2013 a maioria das mortes em Cabo Verde se deveu a doenças ligadas ao aparelho circulatório (uma taxa de 139,2% (por 100.000) para mulheres e 133,7% (por 100.000) para homens). Os dados nos mostram que as há diferença na proporção de mulheres e homens nas diferentes causas de mortalidade. A percentagem das mulheres é superior a dos homens nas seguintes causas de mortalidade: sintomas mal definidos (49,4% por 100.000); doenças de metabólico/ endocrinológico/ nutricionais (17,5 %por 100.000).

Por outro lado a percentagem de mortalidade dos homens é maior em relação as mulheres nas seguintes causas: causas externas (41,6% por 100.000); traumatismos e envenenamentos (36,5% por 100.000) ; doenças do aparelho digestivo (23,9% por 100.000); doenças mentais e de comportamento (25,2 % por 100.000); e de doenças do sistema nervoso (9,0 por 100.000).

As diferenças entre a mortalidade feminina e masculina, podem ser explicadas em parte pelas representações sociais de género e o papel diferenciado atribuído as pessoas do sexo masculino e feminino: Por exemplo, os rapazes e os homens, devido às concepções em circulação sobre a identidade masculina estão mais expostos a ocorrência de acidentes de trânsito, de trabalho e a acontecimentos violentos, acrescida por outros elementos relacionados com hábitos e condições de vida, tais como alcoolismo, doenças crónicas degenerativas e do sistema circulatório, doenças das vias respiratórias, câncer, transtornos profundos afectivos e de ansiedade derivados do uso de substâncias.

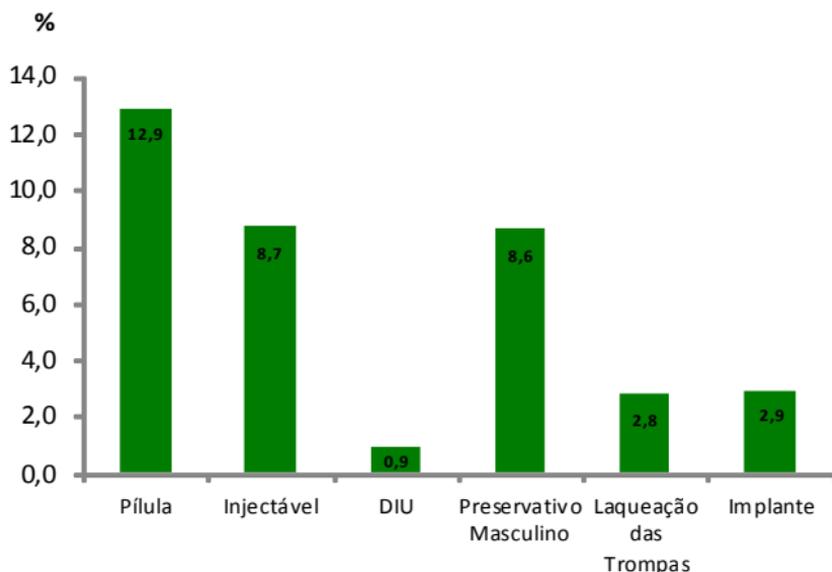
Causas de mortalidade geral (taxas por 100.000), 2013

Causas de mortalidade	Total		M	H
	Óbitos	Taxa	Taxa	Taxa
Doenças do aparelho circulatório	699	136,5	139,2	133,7
Tumores ou neoplasias	358	69,9	64,9	74,9
Afecções Respiratórias	262	51,2	42,8	59,6
Sintomas mal definidos	236	46,1	49,4	42,7
Infeciosas e parasitárias	197	38,5	33,8	43,1
Afecções perinatais	149	29,1	22,9	35,3
Causas externas	123	24,0	6,6	41,6
Traumatismos e envenenamentos	110	21,5	6,6	36,5
Doenças do aparelho digestivo	92	18,0	12,1	23,9
Doenças de meta/endoc/nutricionais	86	16,8	17,5	16,1
Doenças mentais e comportamento	68	13,3	1,2	25,5
Doenças do aparelho génito urinário	63	12,3	10,5	14,1
Doenças do sistema nervoso	38	7,4	5,8	9,0
Malformações congénitas	30	5,9	5,8	5,9
Doenças de sangue e órgãos hematopoéticos	14	2,7	1,9	3,5
Gravidez parto puérpero	4	37,9	37,9	
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	0,4	0,4	0,4

Fonte: MS, Relatório Estatístico 2013

Segundo os dados administrativos da saúde, a prevalência do uso de método contraceptivo é de 37,1%, sendo os mais utilizados a pílula (12,9%), o injectável (8,7%) e o preservativo masculino (8,6%). Contudo, segundo os resultados do IDSR-II realizado em 2005, a percentagem de mulheres de 15-49 anos que usaram algum método contraceptivo era de 61,3%.

Prevalência (%) da protecção contraceptiva por método, 2013

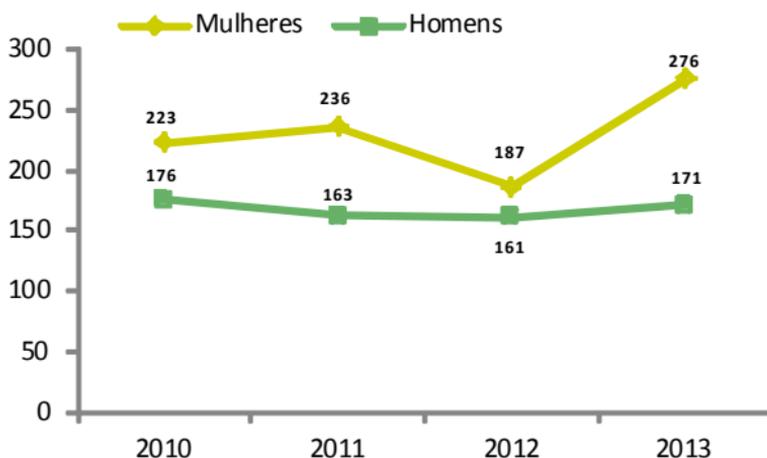


Fonte: MS, Relatório Estatístico 2013

VIH

No período compreendido entre 2010 e 2013, os novos casos de infecções pelo VIH registaram-se maioritariamente entre pessoas do sexo feminino (223 em 2010 e 276 em 2013). Entre as pessoas do sexo masculino registou-se uma diminuição do número de novos casos, pese ao ligeiro aumento registado em 2013, em relação a 2012.

Casos novos infecção pelo VIH, 2013



Fonte: MS, Relatório Estatístico 2013, Situação Sanitária da População, 2013

O número de novos casos de VIH notificados em 2013, corresponderam a população jovem, ou seja da faixa etária compreendida entre os 15 e os 34 anos de idade e indicam uma tendência para a feminização do VIH, já que dos 181 novos casos notificados, 80,6% são de mulheres.

O número de casos notificados é também expressivo entre indivíduos dos 35-44 anos (97 casos), mas nessa faixa etária a diferença entre os sexos é pequena. Nas outras faixas etárias, o número de casos em homens é ligeiramente superior aos casos em mulheres. (com diferenças de 2, 4 e 5 casos).

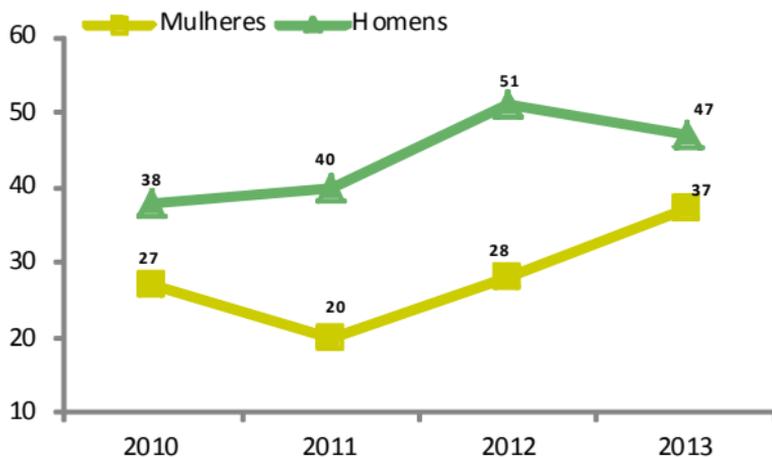
Casos notificados de VIH por grupo etário, 2013

Grupo etário	Total		M	H	RF
	Total	%			
Total	447	100,0	276	171	1,61
0-14	12	2,7	5	7	0,71
15-24	59	13,2	52	7	7,43
25-34	122	27,3	94	28	3,36
35-44	97	21,7	51	46	1,11
45-54	90	20,1	43	47	0,91
55-64	45	10,1	20	25	0,80
65+	22	4,9	11	11	1,00

Fonte: MS, Relatório Estatístico 2014, Situação Sanitária da População, 2013

Globalmente, no período 2010-2013, regista-se uma tendência para o aumento do número de óbitos tanto entre as mulheres como entre os homens em 2013 mais 19 que em 2010.

Número de óbitos de VIH-SIDA, 2013



Fonte: MS, Relatório Estatístico 2013, Situação Sanitária da População, 2013

EDUCAÇÃO

A taxa de alfabetização da população de 15 anos e mais em 2014 era de 86,5% sendo maior nos indivíduos do sexo masculino, sendo o fosso de género de 9%. A taxa é mais elevada no meio urbano, do que no meio rural. O fosso no meio urbano é de 9,2% , mas é no meio rural que o fosso de género é mais significativo, situando-se perto dos 13 pontos percentuais.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos e mais (%), 2014

Meio de residência	Total	M	H	RF
Cabo Verde	86,5	82,1	91,0	0,90
Urbano	89,5	86,1	93,1	0,92
Rural	80,3	74,1	87,0	0,85

Fonte: INE, IMC 2014

A taxa de alfabetização juvenil é de 97,8% sendo um ponto percentual superior entre as raparigas do que entre os rapazes (98,3% F e 97,4 M). Não existe uma variação significativa por meio de residência.

Taxa de alfabetização juvenil da população de 15-24 anos (%), 2014

Meio de residência	Total	M	H	RF
Cabo Verde	97,8	98,3	97,4	1,01
Urbano	98,0	98,9	97,1	1,02
Rural	97,6	97,3	97,8	0,99

Fonte: INE, IMC 2014

A taxa líquida de escolarização¹⁸ no ensino básico é maior do que no ensino secundário. Os rapazes no ensino básico apresentam uma taxa líquida de escolarização mais elevada do que as raparigas. Já no ensino secundário a taxa de alfabetização nas raparigas é mais elevada do que dos rapazes, e é onde manifesta-se um maior fosso entre os dois sexos (cerca de 10% em desfavor dos rapazes).

Ao contrário da tendência do ensino secundário que tem sido de aumento das taxas líquidas para ambos os sexos, no ensino básico a taxa líquida vem diminuindo ao longo dos últimos anos (2010-2014), passando de 98,0 para 89,5 para as meninas e de 99,3 para 96,4 para os rapazes.

Taxa líquida de escolarização no ensino básico e secundário (%), 2010-2014

Anos	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	F	M	RF	F	M	RF
2010/2011	98,0	99,3	0,99	70,8	62,5	1,13
2011/2012	92,3	97,7	0,94	73,0	63,7	1,08
2012/2013	91,6	94,2	0,97	74,1	64,7	1,08
2013/2014	89,5	96,4	0,93	74,8	65,6	1,08

Fonte: MED, Principais Indicadores da Educação, 2010-2014

¹⁸A taxa líquida de escolarização (TLE) no ensino primário/secundário é o rácio entre o número de crianças na idade oficial para a escola primário/secundário que estão matriculados no ensino primário/secundário para a população total de crianças na idade oficial para a escola primária/secundário, expresso em percentagem.

O nível de ensino onde existe uma maior diferença entre raparigas e rapazes é no ensino secundário, com efectivos consideravelmente mais elevados para alunas, enquanto, que no ensino básico há mais alunos.

Effectivos de alunos nível de ensino, 2013

Nível de ensino		Total	F	H	RF
Educação Pré-escolar		22.144	10.969	11.175	0,98
Ensino Básico		65.954	31.559	34.395	0,92
Ensino Secundário	Total	58.031	30.627	27.404	1,12
	Público	52.427	27.461	24.966	1,10
	Privado	5.604	3.166	2.438	1,30

Fonte: Anuário das estatísticas da educação, 2013

As professoras são maioria nos vários níveis de ensino exceptuando no ensino secundário privado.

Effectivos de professores por nível de ensino, 2013

Nível de ensino		Total	M	H	RF
Educação Pré-escolar		1.251	1.251	0	*
Ensino Básico		2.965	2.010	955	2,10
Ensino Secundário	Total	3.568	1.531	2.037	0,75
	Público	2.989	1.353	1.636	0,83
	Privado	579	178	401	0,44

Fonte: Anuário das estatísticas da educação, 2013

No ensino superior o número de docentes do sexo masculino é quase o dobro de docentes do sexo feminino (826 e 490 respectivamente). Cerca de 83% dos docentes possuem o nível de mestrado e de licenciatura (38,5% F e 61,5 M).

Efectivos de professores no ensino superior, por habilitações literárias, 2012

Habilitações literárias	Total	M	H	RF
Total	1.316	490	826	0,59
Bacharelato	2	0	2	*
Licenciado	478	199	279	0,71
Pós-graduação	109	44	65	0,68
Mestrado	616	222	394	0,56
Doutoramento	111	25	86	0,29

Fonte: Anuário das estatísticas da educação, 2013

Ao longo dos anos o número de alunas no ensino superior tem sido superior ao número de alunos, sendo a relação de feminilidade de 1,3 em 2012.

Efectivos de alunos no ensino superior, 2000-2012

Anos	M	H	RF
2000/2001	373	344	1,1
2001/2002	924	886	1,0
2002/2003	1.172	1.043	1,1
2003/2004	1.597	1.439	1,1
2004/2005	1.991	1.920	1,0
2005/2006	2.381	2.186	1,1
2006/2007	2.890	2.399	1,2
2009/2010	5.602	4.542	1,2
2011/2012	6.759	5.041	1,3

Fonte: MED, Anuário das estatísticas de educação, 2011-2012

EMPREGO

A população feminina representa a maioria da população inactiva no país, ao contrário da população masculina que representa a maioria entre a população activa e ocupada.

Distribuição da população em idade activa de 15 anos e mais (%) por situação na actividade económica, 2014

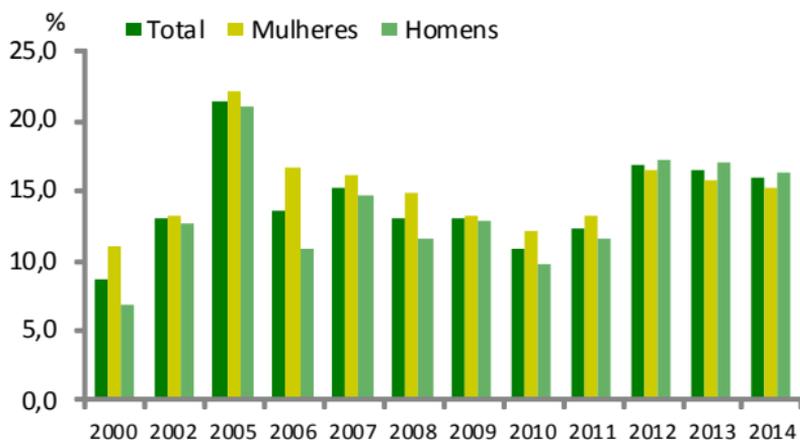
Situação na actividade económica	Total	M	H	RF
População activa	217.158	98.468	118.690	0,83
Empregada	182.831	83.546	99.284	0,84
Desempregada	34.327	14.922	19.406	0,77
População inactiva	157.591	93.780	63.811	1,47
Total	374.749	192.248	182.501	1,05

Fonte: INE, IMC 2014

A taxa de desemprego vem oscilando ao longo dos anos. Ao contrário da tendência registada de 2000 a 2011, em que a taxa de desemprego era superior entre as mulheres do que entre os homens, nos últimos anos o desemprego tem afectado mais os homens do que as mulheres (em 2014 a taxa de desemprego é de 16,3% nos homens e de 15,2 nas mulheres).

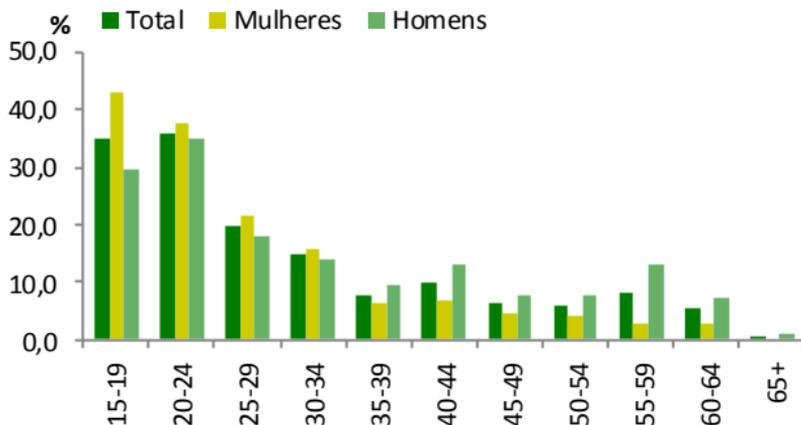
O desemprego afecta sobretudo os jovens. Nos dados por faixa etária, observa-se uma alta taxa de desemprego nas camadas jovens (15-34 anos) para ambos os sexos, e com particular incidência nas jovens mulheres. Outro sim nas faixas etárias dos 35 anos e mais a taxa de desemprego é relativamente baixa, afectando mais os homens.

Evolução da taxa de desemprego da população de 15 anos e mais (%), 2000-2014



Fonte: INE, RGPH 2000, 2010; IDRF 2001/20102; Inquérito ao Emprego 2005, 2008, 2009; QUIBB 2006, 2007; IMC 2011 – 2014

Taxa de desemprego por grupos etários, 2014



Fonte: INE, IMC 2014

A maior parte da população empregada em Cabo Verde trabalha nas profissões elementares (sendo que destes 56,6% são do sexo feminino e 43,4% do sexo masculino), nos serviços pessoais, de protecção, segurança e vendedores (com uma clara predominância das mulheres 56,2% contra os 43,8% dos homens).

O mercado de emprego mostra uma acentuada segregação por sexo, com áreas predominantemente masculinas. A presença dos homens é largamente maioritária em profissões como militares (100%), operadores de instalações, máquinas e montagem (92,5%) trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (81,9%).

Estrutura dos empregados por grupo de profissões, 2014

Grupos de profissões	Total	M	H
Total	100,0	45,7	54,3
Militares	100,0	0,0	100,0
Legisladores, executivos, directores e gestores executivos	100,0	39,1	60,9
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	100,0	56,2	43,8
Técnicos profissionais de nível intermédio	100,0	32,4	67,6
Pessoal administrativo	100,0	61,6	38,4
Serviços pessoais, de protecção, segurança e vendedores	100,0	63,2	36,8
Trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta	100,0	23,5	76,5
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	100,0	18,1	81,9
Operadores de instalações, máquinas e montagem	100,0	7,5	92,5
Profissões elementares	100,0	56,6	43,4

Fonte: INE, IMC 2014

Trabalho Infantil¹⁹

A nível nacional, 62% das crianças realizam pelo menos uma tarefa doméstica. A realidade da distribuição das tarefas domésticas em Cabo Verde revela uma diferenciada distribuição do trabalho em função do sexo. Pelas suas componentes mostra que os rapazes participam mais nas actividades ligadas à reparação de equipamentos. Nas restantes actividades, as meninas participam mais do que os rapazes. Entre essas actividades, destacam-se a limpeza da casa, fazer compras, lavar roupas, passar a ferro ou cuidar de crianças/ pessoas idosas/doentes. Nota-se ainda que mais de um terço (38,2%) das crianças realizam outras tarefas domésticas, não especificadas.

Tipo de tarefas domésticas²⁰ exercidas pelas crianças, 2013

Tipo de tarefas domésticas	Total		M	H
	Efectivo	%	%	%
Fazer compras	70.050	56,2	59,5	53,2
Reparação de equipamentos	2.724	2,2	1,6	2,8
Cozinhar	22.081	17,7	28,9	7,4
Limpar a casa	60.078	48,2	62,0	35,5
Lavar roupas/ passar a ferro	31.108	25,0	38,2	12,7
Cuidar das crianças/ pessoas idosas /doentes	29.870	24,0	30,5	18,0
Outras tarefas	47.637	38,2	45,6	31,4

Fonte: INE, IMC 2013

¹⁹No âmbito do IMC- Módulo Trabalho Infantil, 2013, utilizou-se como faixa etária 5-17 anos, para medir o trabalho infantil.

²⁰Entende-se por tarefas domésticas, qualquer actividade que não é

Os dados da tabela revelam que das crianças escolarizadas exercendo um trabalho a abolir, 89,2% estão de acordo com idade, sendo que 92,1% são do sexo feminino e 87,8% são do sexo masculino. Ou seja, o “atraso escolar”²¹ da crianças que exercem um trabalho a abolir corresponde a 10,8%, sendo esse atraso mais marcante em crianças do sexo masculino do que as do sexo feminino (7,9% e 12,2%).

Crianças escolarizadas exercendo um trabalho a abolir, 2013

	Em acordo com a idade		Atraso em relação a idade	
	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	5.148	89,2	623	10,8
Feminino	1.751	92,1	150	7,9
Masculino	3.397	87,8	473	12,2

Fonte: INE, IMC 2013

contabilizada no Sistema de Contas Nacionais (SCN). Assim sendo é também denominada actividade reprodutiva porque reproduzem o bem-estar social.

²¹Entende-se por atraso escolar as crianças que estão a frequentar um nível inferior ao nível que deveria estar.

USO DO TEMPO²²

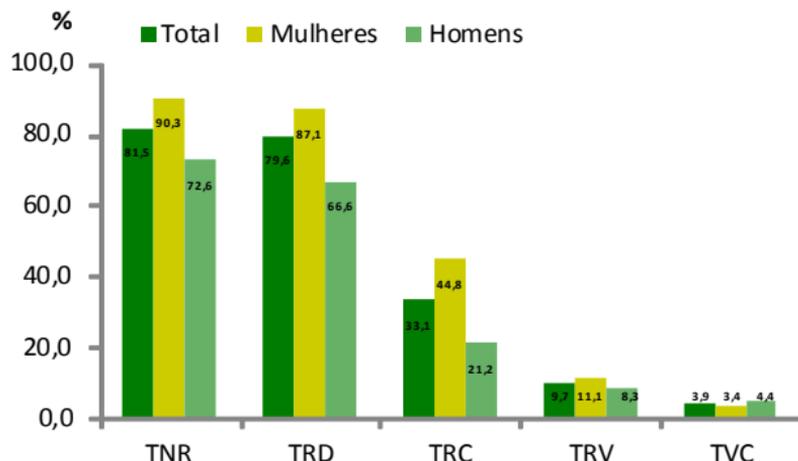
Segundo o estudo realizado em 2012, 81,5% da população de 10 anos e mais realiza Trabalho Não Remunerado (TNR).

As mulheres para além de participarem mais no TNR, dedicam mais horas semanais a esses tipos de trabalho do que os homens, o que aponta para profundas desigualdades sociais em função do sexo tanto na participação como na intensidade do TNR.

²²As pesquisas sobre o Uso do Tempo, trata-se no essencial de contabilizar **exclusivamente o tempo** que as pessoas invertem no **trabalho reprodutivo não remunerado**, na sua casa, nalgum familiar ou amigo ou na comunidade.

Trabalho Não Remunerado (TNR) ou Trabalho reprodutivo não remunerado compreende o conjunto de trabalhos integrados no trabalho doméstico familiar, os cuidados infantis, cuidados a dependentes e doentes que se realize para o próprio agregado familiar, e ainda o trabalho de voluntariado na comunidade e de apoio prestado a outros agregados familiares, que se realiza de forma gratuita.

Taxa de participação (%) no TNR, por componentes²³, 2012



Fonte: INE, IMC – MUT, 2012

Os resultados do TNR permitem constatar que o tempo médio total semanal dedicado a esses trabalhos é de 52:09 minutos, sendo que as mulheres dedicam 62:52 minutos e os homens 38:10 minutos semanais.

²³ Os componentes do Trabalho Não Remunerado (TNR) são:

TRD -Trabalhos domésticos não Remunerados (na sua própria casa);

TRC–Trabalho de cuidados realizados no próprio agregado (cuidado às crianças, idosos e dependentes);

TRV–Trabalhos de apoios (voluntários) a outros agregados familiares;

TRVC–Trabalhos voluntários na comunidade.

Tempo médio semanal (h:m) nas diferentes componentes do TNR, 2012

Componentes do TNR	Total	M	H
Trabalhos Domésticos não Remunerado	49:35:00	59:40:00	36:02:00
Trabalho de Cuidados Realizados no Próprio Agregado	17:23	19:01	12:03
Trabalhos de Apoio a outros Agregados Familiares	19:07	19:42	18:19
Trabalhos de Voluntariado na Comunidade	18.43	20:03	17:41

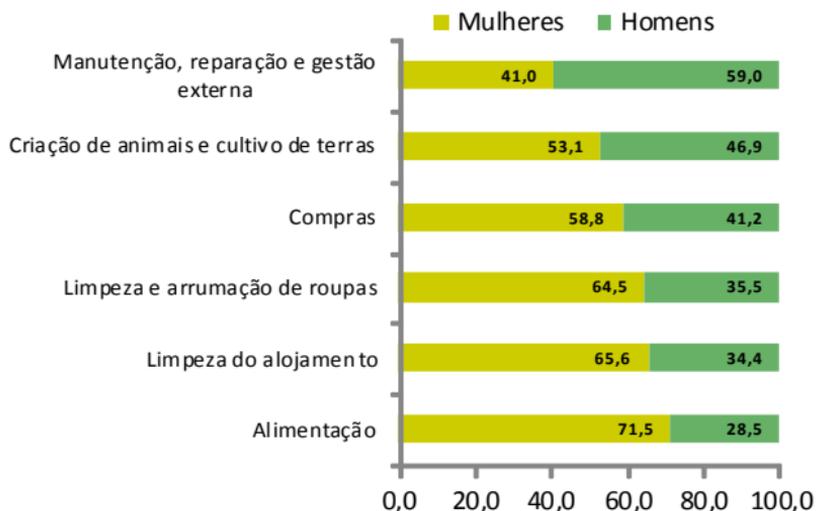
Fonte: INE, IMC – MUT, 2012

O fosso de género é mais visível tanto na taxa de participação como no tempo dedicado às actividades reprodutivas não remuneradas verificava-se especialmente nas actividades que são realizadas no espaço privado, em casa, como é por exemplo o trabalho doméstico em que as mulheres visualmente participam mais comparativamente aos homens: (87% contra 66% respectivamente) e que elas dedicam quase o dobro do tempo em médio semanal do que eles (59:40 contra 36:02).

As taxas mais elevadas da participação das mulheres registam-se nas tarefas de preparação e confecção dos alimentos (71,5%) e na limpeza /arrumação da casa (65,6%), ao passo que o homem a sua maior taxa de par-

ticipação se regista nos trabalhos de manutenção, reparação e gestão externa (59%) e criação de animais e cultivo de terra (46,9%).

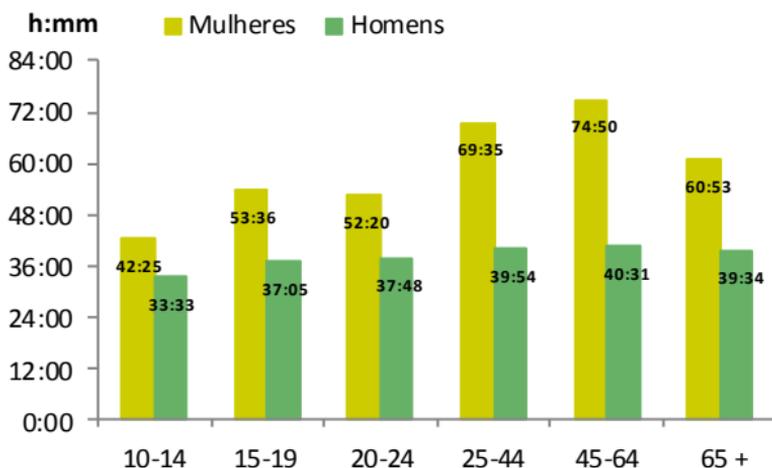
Distribuição da participação nas actividades do trabalho



Fonte: INE, IMC–MUT, 2012

Por grupo etário nota-se que o tempo médio dedicado ao trabalho não remunerado pela população feminina é sempre quase o dobro do dedicado pela população masculina. Enquanto nos homens o tempo dedicado ao TNR mantém-se praticamente inalterável em todas as faixas etárias, nas mulheres nota-se um aumento constante que só diminui a partir dos 65 anos.

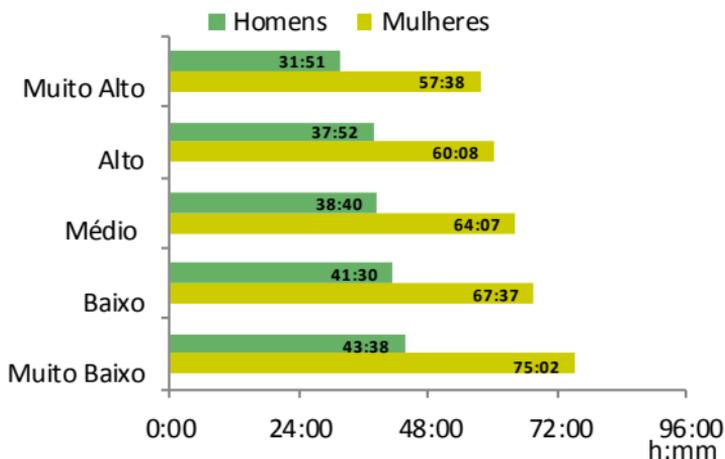
Tempo médio semanal (h:m) dedicado ao TNR por grupo etário, 2012



Fonte: INE, IMC- MUT, 2012

Observa-se que o aumento do nível de conforto influencia visivelmente na diminuição do fosso de género. Quando o nível de conforto é muito baixo o fosso entre género é de 31:24 horas, no nível de conforto alto essa diferença reduz-se para 25:47. Estas informações mostram que a pobreza de tempo poderá estar relacionada com a pobreza em termos de rendimento.

Tempo médio semanal (h:m) dedicado ao TNR segundo o nível de conforto, 2012

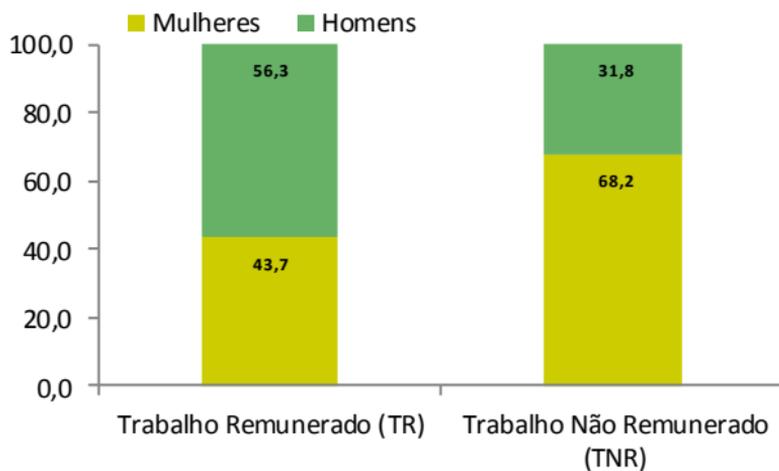


Fonte: INE, IMC–MUT, 2012

Há uma maior participação dos homens nos Trabalhos Remunerados do que as mulheres (56,3% e 43,7% respectivamente) com uma diferença de 12,6 pontos percentuais entre a participação de homens e mulheres.

Relativamente ao Trabalho Não Remunerado a situação inverte-se: a participação das mulheres correspondem a 68,3% e dos homens a 31,7%.

Distribuição percentual do TR e do TNR (%), 2012

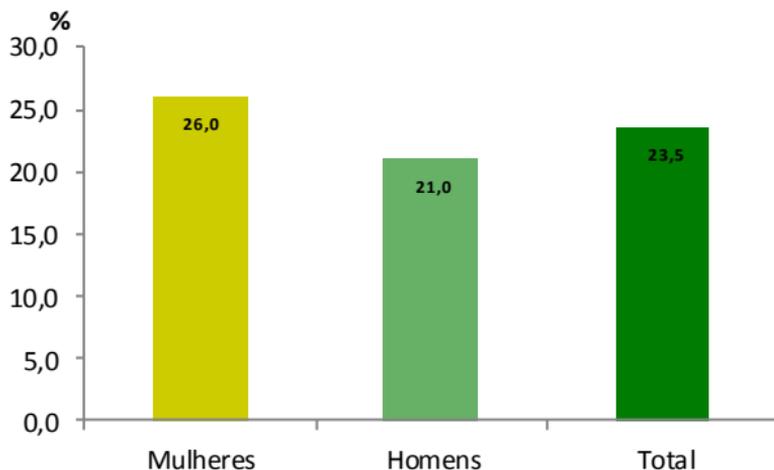


Fonte: INE, IMC- MUT, 2012

INFLUÊNCIA E PODER

O módulo SHaSA – GPS do IMC 2013, permite-nos concluir que somente 23,5% da população Cabo-verdiana é membro ou representante de uma associação, sendo maior a participação das mulheres (26,0%) que dos homens (21%).

Percentagem da população que é representante ou membro de uma associação, 2013



Fonte: INE, IMC 2013, SHaSA-GPS

Apesar dos esforços feitos para aumentar a participação das mulheres nas esferas de decisão, a predominância dos homens em instâncias do poder mantém-se. É no poder executivo e no Supremo Tribunal de Justiça que se nota menor diferença entre as mulheres e os homens, seguindo-se lhe os/as procuradores/as. O poder local, as associações comunitárias de base e o poder legislativo são as esferas em que as mulheres estão menos representadas e com diferenças significativas com relação aos homens.

Participação nas diferentes esferas do poder, 2014

Esferas do poder	Total	M	H	RF
Poder Legislativo (nº absoluto) ²⁴	72	15	57	0,3
No Supremo Tribunal de Justiça (nº absoluto) ²⁵	7	3	4	0,8
Poder Executivo (nº absoluto) ²⁶	20	8	12	0,9
Eleitos presidentes de Câmaras Municipais (nº absoluto) ²⁷	22	1	21	0,0
Eleitos Vereadora (e)s nas Câmaras Municipais (nº absoluto) ²⁸	138	29	109	0,3
Procuradores	27	9	18	0,5
Presidentes de Associações Comunitárias de Base (%) ²⁹	94,2	11,1	83,1	0,1

²⁴Fonte CNE, 2012

²⁵Fonte MJ, 2010

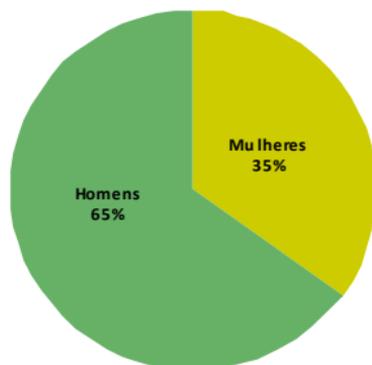
²⁶Fonte G1ºM, 2011

²⁷Fonte CNE, 2012

²⁸Fonte PGR, 2012

²⁹Fonte PNL, 2010

Liderança nas empresas (%), em 2012

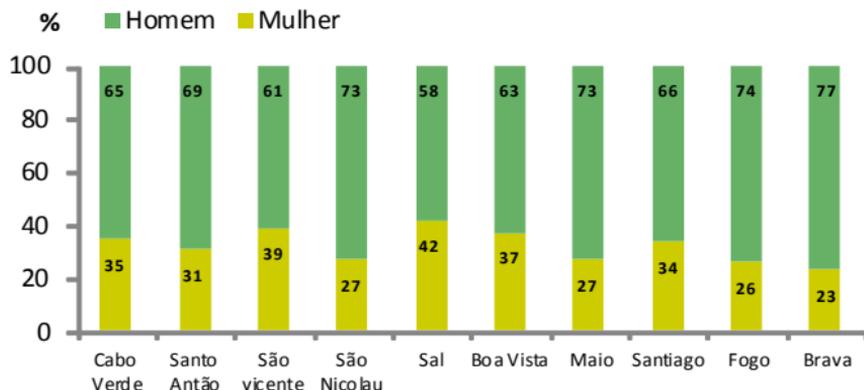


Fonte: INE, Estatísticas de Empresas IV Recenseamento Empresarial- 2012, Relatório final, 2014

Os dados do IV Recenseamento Empresarial indicam que em 2012 a maioria das empresas activas do país são geridas por homens (65%).

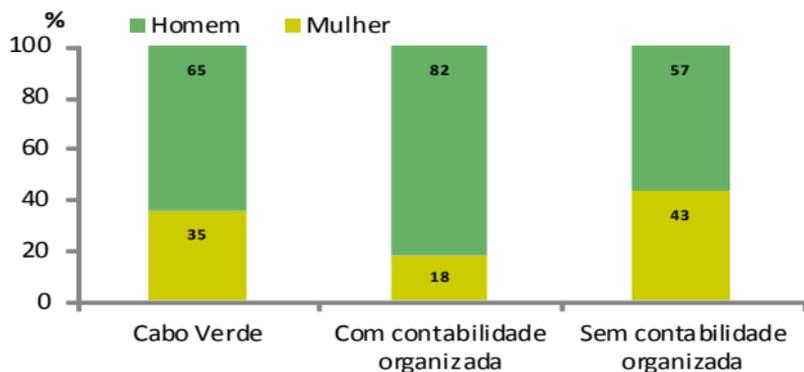
A maioria das ilhas do país está abaixo da média nacional no que diz respeito à equidade de género na liderança das empresas, com destaque para as ilhas de Brava e do Fogo, onde somente 23% e 26% das empresas activas são lideradas por mulheres.

Liderança nas empresas (%), segundo ilhas em 2012



Fonte: INE, Estatísticas de Empresas, IV Recenseamento Empresarial- 2012, Relatório final, 2014

Liderança nas empresas (%), segundo organização de contabilidade, 2012



Fonte: INE, Estatísticas de Empresas, IV Recenseamento Empresarial- 2012, Relatório final, 2014

Segundo os dados do Conselho Superior de Magistratura Judicial (CSMJ), referentes a 2013-2014, a proporção de processos de VBG, em relação ao total dos processos crimes foi de 7,7%, enquanto a percentagem de processos de VBG resolvidos, em relação com o total de processos foi de 10,1%.

Número de processos de VBG, por comarcas, 2013-2014

Comarcas	Entrados e Transitados	Resolvidos
Cabo Verde	1.861	339
Rª Grande de SA	30	10
Porto Novo	49	18
Paúl	20	5
São Vicente	243	51
São Nicolau	37	23
Sal	65	33
Boa Vista	32	9
Maio	9	1
Praia	861	97
São Domingos	26	8
Santa Cruz	67	29
Santa Catarina ST	115	26
Tarrafal ST	134	7
São Filipe	140	15
Mosteiros	26	3
Brava	7	4

Fonte: CSMJ 2013-2014

VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO—VBG

Desde a entrada em vigor da lei do VBG, o Ministério Público tem vindo a produzir informações estatísticas que permitem seguir a evolução do movimento processual e construir alguns indicadores sobre a situação³⁰.

Movimento processual - Crimes de VBG por anos judiciais - 2010-2014

Movimento processual	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014
Transitados	-	791	3.064	5.322
Entrados	2.607	3.097	3.491	3.328
Resolvidos	936	1.138	1.404	1.631
Pendentes	1.671	2.750	5.151	7.019

Fonte: CSMP

Tomando referência o 1º ano de aplicação da Lei, verifica-se um aumento em termos absolutos do número de casos resolvidos, mas uma diminuição contínua em termos proporcionais (35,9%, 29,3%, 21,4% e 18,8% respectivamente) e consequentemente o aumento dos processos crimes transitados de um ano judicial para outro.

³⁰De referir que até então os dados da VBG do Conselho Superior de Magistratura Judicial e Conselho Superior do Ministério Público não se encontram desagregados por sexo.

A eficácia das comarcas judiciais na resolução dos casos de VBG no ano judicial de 2013-2014, revela que foi maior nas comarcas de Paul, Santa Cruz de Santiago, Mosteiros, Maio, Ribeira Grande de Santiago. As comarcas com proporções muito baixas de casos resolvidos foram as de Tarrafal de Santiago, Praia, Santa Catarina, São Filipe e São Vicente.

No que respeita aos crimes sexuais, as informações produzidas não estão desagregadas por sexo nem grupo etário, pelo que apenas possibilitam uma visão global. De acordo com O Ministério Público, transitaram para o ano judicial 2013-2014, 1.424 processos e deram entrada 437 novos processos. Entretanto de acordo com os registos da Policia Nacional, entre 2010 e 2013 registaram-se 471 ocorrências de agressão sexual. Os concelhos com o maior número de ocorrências registadas foram Santa Catarina de Santiago e São Vicente.

Número de ocorrências de agressão sexual por concelho, 2010-2013

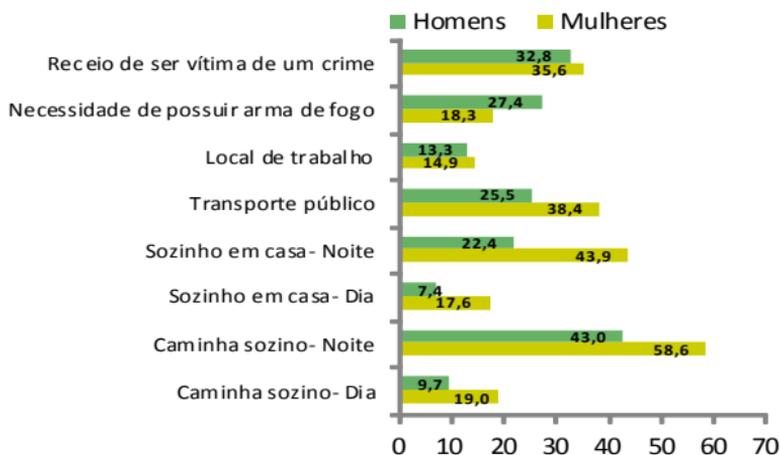
Concelhos	2010	2011	2012	2013
Cabo Verde	120	110	133	108
R ^a Grande de SA	3	1	3	2
Paúl	3	1	4	2
Porto Novo	8	4	3	4
São Vicente	18	11	11	20
Ribeira Brava de SN	0	0	0	2
Tarrafal de SN	1	1	3	1
Sal	5	8	6	5
Boavista	5	9	5	6
Maio	0	6	2	1
Tarrafal de ST	7	1	7	7
Santa Catarina de ST	17	23	47	13
Santa Cruz	9	9	8	8
Praia	10	13	13	14
São Domingos	5	5	4	1
São Miguel	7	4	2	3
São Salvador do Mundo	2	4	1	2
São Lourenço dos Órgãos	2	0	1	2
Ribeira Grande de ST	1	0	1	0
São Filipe	10	7	4	6
Santa Catarina do Fogo	0	2	0	1
Mosteiros	7	1	6	6
Brava	0	0	2	2

Fonte: PN 2010-2013

O SHaSA– GPS 2013 permitiu medir a percepção das pessoas relativamente à insegurança. A percentagem de mulheres que se sentem inseguras é superior à dos homens, em todas as situações analisadas, sendo especialmente expressivo o fosso de género, nas percepções sobre insegurança manifestada ao caminhar sozinhas a noite ou sentirem-se inseguras nos transportes públicos. Essas percepções podem indicar a existência de factores limitantes da mobilidade das mulheres e por tanto da sua autonomia.

Um outro aspecto ié que apesar do dobro das mulheres sentirem-se inseguras em casa, a proporção de homens (27,4%) que manifestaram necessidade de possuir arma de fogo é maior do que a proporção de mulheres (18,3%), facto que pode estar vinculado a estereótipos e representações de género tradicionais.

Percepção da insegurança (%), 2013



Fonte: INE, IMC– SHaSA-GPS 2013

Mulheres e Homens em Cabo Verde Factos e Números 2015

As estatísticas referem-se à expressão numérica de factos e geralmente respondem a questões tais como *quantos* e *quem*. Habitualmente os dados são recolhidos desagregados por sexo, no entanto, nem sempre se divulgam desta forma, tendo os utilizadores de fazer pedidos especiais para obter estatísticas desagregadas.

Publicar e analisar as estatísticas e indicadores desagregadas por sexo, é a forma mais efectiva para medir os avanços nas relações de género e ponto de partida para dar visibilidade aos factores que ilustram as disparidades entre mulheres e homens, raparigas e rapazes, assim como para orientar os processos de tomada de decisões a nível de políticas. São instrumentos poderosos de advocacia e de promoção e seguimento do cumprimento dos compromissos governamentais e internacionais da agenda nacional de género.



Contactos para a obtenção de mais informações:

INE – Avenida Cidade de Lisboa, N° 18, C. P. 116. Praia.
Cabo Verde. Tel. (00238) 261 38 27 Fax: (00238) 2611656,
E-mail: inecv@ine.gov.cv <http://www.ine.cv>

ICIEG- Rua Serpa Pinto N° 68. Praia. Cabo Verde.
Tel. (00238)2616271/2615174. Fax: (00238) 2615263.
<http://www.icieg.cv>, E-mail: icieg@icieg.cv